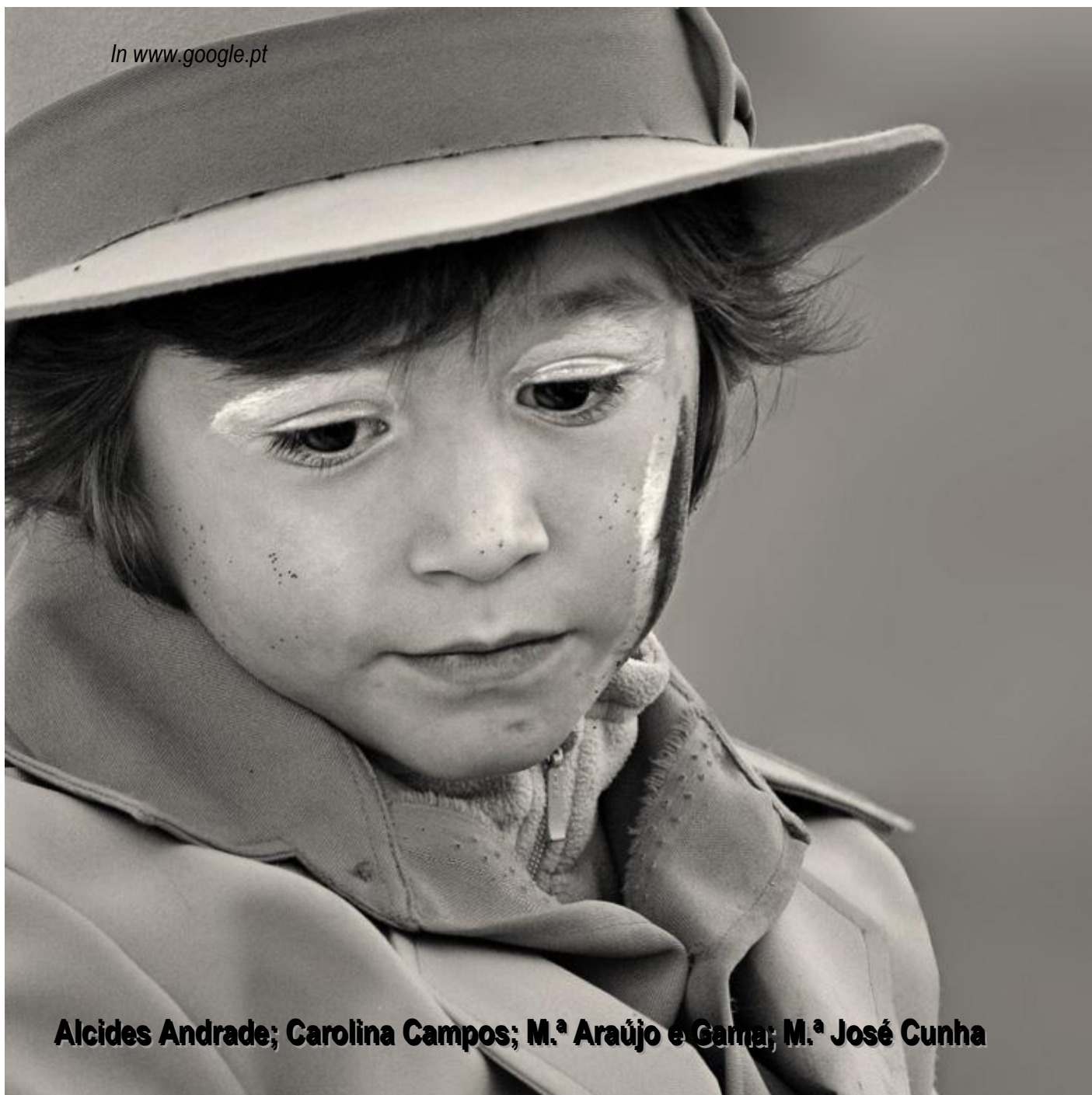


# OS MENORES NO MUNDO DO ESPECTÁCULO

*In [www.google.pt](http://www.google.pt)*



**Alcides Andrade; Carolina Campos; M.<sup>a</sup> Araújo e Gama; M.<sup>a</sup> José Cunha**

### **Agradecimentos:**

À nossa orientadora, Exma. Sr.<sup>a</sup> Desembargadora Maria Rosa Barroso, pelo apoio e disponibilidade que nos dispensou,

Ao Prof. Eduardo Sá, ao Exmo. Sr. Conselheiro Armando Leandro e ao Dr. Paulo Macedo, pelo precioso contributo para a realização deste trabalho,

A todos os restantes entrevistados, pela disponibilidade e pronta colaboração,

Os nossos mais sinceros agradecimentos.

## ÍNDICE

|  |      |
|--|------|
| I – INTRODUÇÃO   | p.5  |
| II - CONCEITO DE MENOR   | p.6  |
| III - TRABALHO DE MENORES  | p.9  |
| a) Plano internacional   | p.10 |
| b) Plano nacional  | p.12 |
| IV - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EM MATÉRIA DE PARTICIPAÇÃO DE MENORES NO MUNDO DO ESPECTÁCULO | p.14 |
| V - CONTRATO DE TRABALHO   | p.18 |
| VI - CONTRATO DE TRABALHO DE MENORES   | p.24 |
| VII - O CASO ESPECÍFICO DA PARTICIPAÇÃO DOS MENORES NO MUNDO DO ESPECTÁCULO                        | p.29 |
| VIII - A LEI ACTUAL: ÂMBITO DE APLICAÇÃO   |      |
| a) Enquadramento   | p.36 |
| b) Âmbito de aplicação   | p.38 |
| b.1) Conceito de espectáculo   | p.39 |
| b.2) Conceito de actividade artística  | p.40 |
| b.3) Regularidade  | p.41 |
| b.4) Remuneração   | p.41 |
| b.5) Idade   | p.44 |

## **IX - REGIME JURÍDICO**

a) RCT \_\_\_\_\_ p.46

b) L.4/2008 de 7/02 \_\_\_\_\_ p.65

**X - TUTELA DO MENOR NO PLANO INTERNACIONAL** \_\_\_\_\_ p.72

**XI – CONCLUSÕES** \_\_\_\_\_ p.74

**BIBLIOGRAFIA** \_\_\_\_\_ p.79

**ANEXO I – Entrevistas** \_\_\_\_\_ p. 81

**ANEXO II – Legislação** \_\_\_\_\_ p.100

## **I – INTRODUÇÃO**

A escolha do presente tema para o nosso trabalho de investigação aplicada assentou no incontornável e notório incremento da participação de menores em espectáculos, moda e publicidade.

É sabido que o mundo do espectáculo exerce grande fascínio na generalidade das pessoas da nossa sociedade e, especialmente, nas nossas crianças e jovens. No entanto, por detrás desse deslumbramento, escondem-se perigos efectivos para o seu desenvolvimento integral e harmonioso.

Se é verdade que quando falamos em trabalho infantil não associamos a esta realidade, é também incontornável que a participação de crianças em actividades artísticas, culturais ou publicitárias, pode ter consequências nefastas para a vida das mesmas, as quais cumpre acautelar, desde logo, por via legal.

Partindo do conceito de menor e do trabalho de menores em geral e passando por uma breve incursão pela evolução legislativa quanto à participação de menores neste tipo de actividades, analisamos criticamente a regulamentação actual.

Para complementar esta abordagem teórico-reflexiva, realizamos algumas entrevistas a menores e pessoas ligadas ao mundo do espectáculo, bem como a especialistas em matérias relacionadas com crianças e jovens.

## **II - CONCEITO DE MENOR**

Nos termos do art. 122º CC é menor aquele que ainda não tenha completado 18 anos de idade.

O limite da menoridade tem registado uma progressiva diminuição, em virtude da evolução social, e mesmo política, operada na generalidade dos países.

Desde o limite de 25 anos previsto nas Ordenações Afonsinas, passando pelos 21 anos previstos no Código de Seabra, assumimos hoje os 18 anos como a idade em que se atinge um desenvolvimento físico e psíquico, fruto da aquisição de conhecimentos práticos, da experiência comum e do processo de socialização, que permitem a maturidade e experiência necessárias à actuação autónoma e responsável do indivíduo, capaz de gerir a sua pessoa e bens.

No entanto, se por um lado o aumento da escolaridade obrigatória, a democratização do acesso à informação e a ampla dialéctica cultural permitem aos jovens de hoje adquirir a maturidade mais cedo, por outro lado, a desvinculação de pais e filhos é cada vez mais tardia, assim como a autonomia pessoal e patrimonial destes face àqueles, em virtude, essencialmente, do prolongamento dos estudos e das dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Desde a total dependência do núcleo familiar à auto-suficiência, o menor vai adquirindo apetências físicas, morais, emocionais e sociais que lhe permitem actuar e decidir por si sobre a sua pessoa e o seu património.

A menoridade, com ressalva para os menores emancipados pelo casamento, é marcada pela incapacidade de exercício e dependência face aos representantes legais ou tutor.

O menor tem, como exigência do princípio da dignidade da pessoa humana, tal como previsto no art. 6º Declaração Universal dos Direitos do Homem, “aptidão para ser titular autónomo de relações jurídicas”, i.e., personalidade jurídica. Inerente à personalidade encontra-se a capacidade jurídica, a capacidade de gozo dos direitos, pelo que o menor pode ser o centro de imputação de efeitos

constitutivos, modificativos ou extintivos de relações jurídicas (art. 67º CC), salvo disposição em contrário.

A capacidade de exercício consiste na idoneidade de actuar juridicamente, exercendo direitos ou assumindo obrigações, por acto próprio e exclusivo ou mediante representante escolhido pelo próprio representado.

É esta capacidade que se encontra, em princípio, ausente na menoridade, já que pressupõe prudência, juízo e capacidade para querer e entender o acto ou o negócio em causa, bem como os efeitos por ele produzidos, pessoal e autonomamente, sem ter que recorrer a intervenção de terceiros.

A menoridade, além da interdição, inabilitação e incapacidade natural accidental, constitui um “estado” em que a incapacidade de exercício se torna a regra, havendo uma “incapacidade geral de exercício”, nos termos do art. 123º CC e prevendo o art. 130º CC que o sujeito que perfaz 18 anos adquire plena capacidade de exercício quer dos direitos de natureza pessoal quer patrimonial.

Importante é atentarmos na ratio de tal restrição da capacidade de exercício no que se refere aos menores, sendo entendimento praticamente unânime o de que se trata de proteger o próprio incapaz, que se entende não ter discernimento para reger a sua pessoa e bens ou participar, por si, no tráfico jurídico.<sup>1</sup>

Atende-se, portanto, à menor maturidade psíquica e experiência de vida, procurando proteger o menor de prejuízos, pessoais ou patrimoniais, que podem decorrer de uma actuação menos avisada no comércio jurídico.

Neste sentido, prevê a lei um conjunto de situações em que, excepcionalmente, por considerar que a situação não colide com a sua condição ou por considerar que o menor já tem maturidade e discernimento suficientes para a prática daquele acto, ao menor é concedida capacidade de exercício, cabendo aqui salientar a capacidade de administrar os bens que o menor com idade igual ou superior a 16 anos, tenha adquirido com o seu trabalho (art. 127º, nº1, a) CC);

---

<sup>1</sup> Neste sentido, v. MOTA PINTO, Carlos Alberto (2005), *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed. Coimbra Editora e ANDRADE, Manuel (1997) *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. I, *Sujeitos e Objecto*, Almedina.

praticar os negócios jurídicos relativos à profissão, arte ou ofício que o menor tenha sido autorizado a exercer ou os praticados no exercício dessa actividade ou ofício (art. 127º, nº1, c) CC); celebrar contratos de trabalho quando tenham completado 16 anos se tiverem concluído a escolaridade obrigatória e os representantes legais não se opuserem (art. 70º, nº1 CT).

De facto, sabemos que o processo de desenvolvimento não se completa aos 18 anos, nem acontece de um dia para o outro, pelo que se justifica a flexibilização da regra geral do art. 123º CC, consentânea com a definição de menoridade que nos dão P. Lima e A. Varela, *“como estágio progressivo e escalonado, na preparação do menor a caminho da plena capacidade de exercício de direitos”*<sup>2</sup>.

Fora dos casos previstos, a prática pelo menor de acto para o qual não dispõe de capacidade de exercício, determina a sua anulabilidade, a requerimento do progenitor que exerça as responsabilidades parentais, tutor ou administrador dos bens, do próprio menor ou qualquer herdeiro do menor, no prazo de um ano da morte, se esta não tiver ocorrido depois de expirado o prazo para intentar a acção (art. 125º, nº1 CC). Enquanto o negócio não estiver cumprido, a anulabilidade pode ser arguida a todo o tempo, nos termos do art. 287º, nº 2 CC.

Assim, o risco de contratar com um menor corre por conta do outro contratante, que não foi suficientemente cauteloso, pelo que não tem legitimidade para arguir a anulabilidade do negócio.

O suprimento da incapacidade de exercício dos menores é feito mediante o instituto da representação: o menor, representado por outrem, pratica os actos e vê reflectirem-se na sua esfera jurídica os respectivos efeitos.

A incapacidade dos menores é suprida, preferencialmente, pelo exercício das responsabilidades parentais, ainda que com recurso ao Tribunal para autorizar determinados actos (arts. 1889º e 1892º CC) e, subsidiariamente, pela tutela (art. 1921º, nº1 CC) e pela administração de bens (arts. 1967º ss. CC).

---

<sup>2</sup> Lima, Pires e A. Varela, *Código Civil Anotado*, Vol. V, Coimbra ed., p. 340



### III - TRABALHO DE MENORES

A proibição do trabalho de menores em idade escolar constitui hoje, à luz dos princípios e normas constitucionais, uma das exigências nucleares do Estado de Direito.

No artigo 69º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP) preceitua-se que as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral e o nº 4 daquele artigo proíbe, “nos termos da Lei”, o trabalho de menores em idade escolar.

Quando falamos de trabalho realizado por menores usamos, frequentemente, a expressão “*trabalho infantil*”, que o Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI) define como compreendendo “*todas actividades desenvolvidas por crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade se susceptíveis de terem efeitos negativos na saúde, educação e no harmonioso desenvolvimento psíquico, social e ético da criança (...)*”<sup>3</sup>.

Dos vários instrumentos normativos, podemos chegar a um conceito operativo de trabalho infantil abrangendo qualquer actividade de natureza económica, exercida de forma remunerada ou não, por quem não tenha a idade mínima legal para o trabalho, a qual varia consoante os ordenamentos.

O trabalho efectuado por menores merece uma especial protecção, quer em virtude da sua debilidade física e psíquica, quer por razões de ordem moral, formativa e cultural<sup>4</sup>, além do objectivo último de tutela do livre desenvolvimento da personalidade do menor.

Nem sempre a participação de menores em espectáculos culturais, artísticos, desportivos ou publicitários se tem por incluída na problemática do trabalho infantil, associando-se mais facilmente a exploração laboral de menores ao trabalho em fábricas ou na construção civil, com máquinas perigosas, ou nos campos, sob a

---

<sup>3</sup> [www.peti.gov.pt](http://www.peti.gov.pt)

<sup>4</sup> FERRAZ, Vítor, *Regime Jurídico do Trabalho de Menores*, II Congresso Nacional de Direito Trabalho, Almedina, p. 281

duresa do clima, e não ao trabalho sob holofotes, câmaras e aplausos que tendemos a considerar como *“tarefas leves e socialmente aceitáveis”*.

Contudo, a participação de um menor em actividades no mundo do espectáculo, moda e publicidade pode ser considerada trabalho infantil, a partir do momento em que é exercida em condições e ritmos de trabalho tais que passa a constituir um factor de prejuízo no desenvolvimento e na protecção dos direitos e garantias fundamentais da criança ou jovem.

Esta é, aliás, actualmente, a forma socialmente mais tolerada de trabalho infantil.

#### **a) Plano internacional**

A Directiva 94/33/CE, do Conselho, de 22.6.94 e a Convenção nº 138 OIT<sup>5</sup>, referem-se ao dever dos Estados de tomarem as medidas necessárias à proibição do trabalho infantil, considerando este como o trabalho prestado por quem não tem a idade mínima de admissão ao emprego.

A Directiva, além da proibição do trabalho infantil, prevê excepções à proibição, deveres a cargo da entidade empregadora, trabalhos expressamente proibidos a menores, tempo de trabalho, trabalho nocturno e período de descanso diário, semanal e anual.

Quanto à convenção nº 138 da OIT, vinculou os Estados a seguirem uma política nacional destinada a “assegurar a abolição do trabalho das crianças e elevar progressivamente a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho a um nível que permita aos adolescentes atingirem o mais completo desenvolvimento físico e mental (art. 1º), não devendo a idade mínima de admissão ser inferior à idade em que terminar a escolaridade obrigatória nem, em qualquer caso, a 15 anos (art. 2º, nº3).

---

<sup>5</sup> Adoptada pela Conferência Geral da OIT de 26.6.73, aprovada para ratificação pela Resolução AR nº 11/98, 19/3.

Analisando os instrumentos internacionais, vemos que o art. 26º Declaração Universal dos Direitos do Homem prevê o direito à educação; o art. 24º PIDCP<sup>6</sup> prevê o direito de todas as crianças, sem qualquer discriminação de raça, sexo, língua, origem nacional ou social, propriedade ou nascimento, a terem, da parte da sua família, da sociedade e do Estado, a medida de protecção que exija a sua condição; os arts. 10º e 13º PIDESC<sup>7</sup>, além de preverem o direito à educação, estabelecem o direito das crianças e adolescentes a serem protegidos contra a exploração económica e social, devendo o seu emprego em trabalhos que comprometam a sua moralidade ou saúde, susceptíveis de pôr em perigo a sua vida ou de prejudicar o seu desenvolvimento normal, ser sujeito a sanções legais e devendo os Estados fixar os limites de idade abaixo dos quais o emprego de mão-de-obra infantil será interdito e sancionado.

Já a Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>8</sup>, prevê, no seu art. 32º, o reconhecimento pelos Estados do direito da criança a ser protegida contra a exploração económica ou sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social, devendo os Estados fixar idades mínimas de admissão ao emprego, adoptar regulamentos próprios relativos à duração e às condições de trabalho, prevendo as respectivas sanções.

Também a Declaração dos Direitos da Criança<sup>9</sup> consagra o direito da criança a ser protegida contra qualquer forma de exploração, não devendo ser admitida ao emprego antes de uma idade mínima adequada e não podendo em caso algum dedicar-se a uma ocupação ou emprego que possa prejudicar a sua saúde e impedir o seu desenvolvimento físico, mental e moral.

A Carta Social Europeia<sup>10</sup>, do Conselho da Europa, prevê no art. 7º um conjunto de medidas de protecção de menores, como a fixação da idade mínima

---

<sup>6</sup> Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, aprovado para ratificação pela L. 29/78, 12/6

<sup>7</sup> Pacto Internacional sobre os Direitos económicos, Sociais e Culturais, aprovado para ratificação pela L. 45/78, 11/7

<sup>8</sup> Assinada pela Ass. Geral da ONU em 20.11.89, aprovada para ratificação pela Resolução AR nº 20/90, 21/9

<sup>9</sup> Proclamada pela Resolução da Ass. Geral da ONU 1386 (XIV), 20.11.59

<sup>10</sup> Aprovada para ratificação pela Resolução AR nº 64-A/2001, 17/10

de 15 anos para admissão ao emprego, ainda que excepcionando os trabalhos ligeiros que não impliquem risco de prejudicar a saúde, moralidade ou educação da criança; a proibição de empregar crianças sujeitas a escolaridade obrigatória em trabalhos que as privem do pleno benefício dessa escolaridade; a limitação da duração do trabalho dos menores de acordo com as exigências do seu desenvolvimento e de acordo com as necessidades da sua formação profissional; a proibição de empregar trabalhadores menores de 18 anos em trabalho nocturno, exceptuando os empregos concretamente determinados por lei ou regulamentação nacionais. Assinale-se, ainda, a necessidade de os Estados tomarem medidas adequadas à protecção das crianças e adolescentes contra a exploração (art. 17º, nº1, b).

A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, no seu art. 32º, proíbe o trabalho infantil, estipulando que, em regra, a idade mínima de admissão não pode ser inferior à idade em que termina a escolaridade obrigatória e faz ressaltar a necessidade de *“os jovens admitidos ao trabalho beneficiarem das condições de trabalho adaptadas à sua idade e de protecção contra a exploração económica e contra todas as actividades susceptíveis de prejudicar a sua segurança, saúde ou desenvolvimento físico, mental, moral ou social, ou ainda pôr em causa a sua educação”*.

#### **b) Plano nacional**

O direito à especial protecção do trabalho dos menores vem regulado, internamente, no art. 3º da Lei Preambular do Código do Trabalho (LPCT), nos arts. 66º a 83º do Código do Trabalho (CT), nos arts. 2º a 11º da Regulamentação do Código do Trabalho (RCT) e nos arts. 61º a 72º da L. 102/2009, 10/9.

Este o conjunto de normas que visam salvaguardar a posição jurídica do menor, proteger a sua saúde física e psíquica, o seu desenvolvimento, segurança, educação e formação.

A CRP, por sua vez, no art. 59º, nº2, c) impõe ao Estado o dever de prover a uma especial protecção do trabalho dos menores, tratando, assim, o legislador constitucional, de forma desigual as situações substancial e objectivamente desiguais<sup>11</sup>.

O art. 69º, nº3 CRP, por seu lado, proíbe o trabalho de menores em idade escolar, em respeito ao princípio do livre desenvolvimento da personalidade, o que implica que, por lei, seja fixada uma idade mínima de admissão ao emprego, um sistema de protecção contra perigos físicos ou morais a que a criança possa estar exposta e um regime penal e sancionatório adequado.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui, *CRP Anotada, Tomo I*, Coimbra ed., p. 613

<sup>12</sup> CANOTILHO, Gomes e MOREIRA, Vital, *CRP Anotada, 4ª ed.*, Coimbra ed., p. 871

#### **IV - EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL EM MATÉRIA DE PARTICIPAÇÃO DE MENORES NO MUNDO DO ESPECTÁCULO**

A evolução da legislação, mormente nacional, em matéria da regulamentação dos menores nas diferentes áreas do espectáculo foi evoluindo de forma paralela com a própria evolução do Direito da Família e com o crescente reconhecimento dos direitos das crianças que se fazem sentir principalmente a partir de finais do século XX, o que resulta desde logo do aparecimento de textos internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança.

O primeiro texto legislativo a regular de alguma forma a participação do menor em espectáculos foi o Decreto n.º 13 564 de 6 de Maio de 1927, relativo aos espectáculos públicos, que dedicava à matéria em análise apenas dois artigos (112º e 127º).

A preocupação com os interesses do menores era à data diminuta, não regulando o legislador quaisquer situações relativas à segurança, saúde ou educação dos menores que tivesse este tipo de participações.

Limitava-se, assim, o legislador a prever que, salvo autorização da Inspeção Geral dos Teatros, a participação em espectáculos públicos estava vedada a menores de 16 anos (art. 112º) e que todos os contratos que viessem a ser realizados com os menores tinham que ser previamente aprovados pela Inspeção, acompanhados da autorização do pai, tutor ou responsável pela educação do menor (art.127º).

As lacunas legislativas eram evidentes, não havendo uma regulamentação mínima quanto a esta matéria, não estando determinados os critérios que deveriam estar na base das autorizações dadas pela Inspeção Geral dos Teatros, pelo que, ao que parece, estariam na livre disponibilidade das pessoas com competência para tal.

As primeiras alterações dão-se com a entrada em vigor do Decreto n.º 43 190 de 23 de Setembro de 1960, relativo à actividade dos profissionais do espectáculo.

A primeira alteração de relevo neste diploma, o qual tinha por objecto regulamentar alguns aspectos relacionados com a actividade dos profissionais do espectáculo e que apenas de forma marginal tratava alguns, poucos, aspectos relativos à participação dos menores, foi respeitante à idade permitida para a admissão de tais participações.

Estabelece o art. 5º do referido diploma que a intervenção de menores de 18 anos em espectáculos e divertimentos públicos carecia de autorização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, a qual só podia ser concedida em casos excepcionais devidamente comprovados, ouvido o sindicato respectivo e junta a declaração de concordância dos responsáveis pela educação do menor.

Tentou o legislador de 1960 resolver num único artigo todas as questões que, à data, se consideravam pertinentes.

Assim, aumentou desde logo o limite mínimo da idade de participação, quer em espectáculos, quer em divertimentos públicos, para 18 anos (lembre-se que à data, a maioridade em Portugal só se atingia aos 21 anos), pelo que a regra era a de que estava, à partida, vedada a participação de menores com idades inferiores à referida.

Como qualquer outra regra geral, também esta comporta excepções, admitindo-se a participação de menores com idade inferior a 18 anos quando se trate de:

- ♣ Caso excepcional,
- ♣ Devidamente comprovado,
- ♣ Audição do respectivo sindicato,
- ♣ Concordância dos responsáveis pela educação o menor; e
- ♣ Autorização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Tratava-se, assim, de um vasto conjunto de requisitos cumulativos, alguns dos quais conceitos indeterminados, pelo que se adivinham as dificuldades práticas que estariam na base da concessão de tais autorizações que, ou não

tinham aplicação atendendo a essas mesmas dificuldades, ou davam azo a concessões de autorização arbitrárias, que continuavam a estar assim na total disponibilidade da entidade com competência para as autorizações, tudo dependendo, a final, do que fosse o seu entendimento de “caso excepcional devidamente comprovado”.

Face às dificuldades interpretativas de tal normativo, Bentes de Oliveira<sup>13</sup> entendia que teria que se tratar de *“necessidades peremptórias para o efeito do espectáculo ou atento o extraordinário talento do jovem artista”*, o que contudo não deixa também de se tratar de uma explicação algo indeterminada, deixando, uma vez mais, larga margem de interpretação, quer para o que pudesse ser uma peremptória necessidade do espectáculo, quer para o que se pudesse entender por extraordinário talento...

Estabelecia, ainda, o art. 21º § único que, no caso de autorização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para a participação de menor de 18 anos em espectáculo, o contrato sempre teria que ser celebrado com o representante legal do menor, não podendo este intervir directamente no mesmo.

Finalmente, o art. 23º, nº 6 previa que o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência não podia aprovar contratos em que fossem partes menores de 18 anos que não estivessem devidamente autorizados a trabalhar, o que parece resultar evidente, já que à partida a participação de menores em espectáculo estava vedada, sendo necessário, para o efeito, a autorização do próprio Instituto.

O DL n.º 38/87 veio revogar expressamente os artigos 21º e 23º, nº6 do Decreto 43 190, mantendo-se apenas em vigor o citado art. 5º do mesmo Decreto.

Criou-se, assim, um verdadeiro “quase-vazio” legislativo no que concerne à regulamentação da participação dos menores nas áreas do espectáculo, não

---

<sup>13</sup> In, *“Trabalho de menores em espectáculo e publicidade”* – Associação de Estudos Laborais - Questões Laborais, Ano VII-2000, n.º 16, Coimbra Editora



estando os direitos dos menores suficientemente acautelados, já que era quase inexistente a legislação nesta matéria.

Pese embora seja possível detectar uma certa intenção por parte do legislador em regular esta matéria (veja-se a este propósito o DL 296/91 e a Lei 58/99), a verdade é que a situação de quase inexistência legal se manteve durante basicamente duas décadas, só vindo a ser devidamente regulamentada a participação de menores em espectáculos e outras actividades de natureza artística com a entrada em vigor da Regulamentação do Código de Trabalho de 2004 (RCT2004).

A este propósito se pronunciou já Bentes de Oliveira<sup>14</sup>, em 2000, ao referir-se a um regime que permanecia *“quase intocado, contrastando com a proliferação da intervenção de crianças na moda, cinema, televisão, rádio, concertos, musicais, frequentemente para satisfação de apetites consumistas da sociedade actual na sua vertente cultural, social e económica”*.

Se factores de evolução cultural e civilizacional nos fazem compreender e aceitar que na década de 20 ou até de 60, a regulamentação da participação dos menores no mundo do espectáculo não fosse uma das prioridades legislativas em Portugal, a verdade é que, como veremos, se protelou em demasia a regulamentação de tais situações, nomeadamente em desrespeito pelas Directivas emanadas pela União Europeia.

---

<sup>14</sup> In *“Trabalho de menores em espectáculo e publicidade”* – Associação de Estudos Laborais - Questões Laborais, Ano VII-2000, n.º 16, Coimbra Editora

## V - CONTRATO DE TRABALHO

O contrato de trabalho vem definido no art. 11º CT, como *“aquele mediante o qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob autoridade destas”* e no art. 1152º CC como *“aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade intelectual ou manual a outra pessoa, sob autoridade e direcção desta”*.

O contrato de trabalho caracteriza-se, assim, pela existência de uma prestação de trabalho (principal obrigação do trabalhador), de uma retribuição (principal obrigação do empregador) e de uma relação de subordinação jurídica, consubstanciada num poder do empregador de ordenar, instruir e fiscalizar a actividade do trabalhador.

Para ser validamente celebrado o contrato tem de cumprir os requisitos essenciais gerais, como a capacidade das partes, a declaração de vontade sem anomalias e a idoneidade do objecto.

No que se refere à capacidade, dispõe o art. 13º CT que a capacidade para celebrar contratos de trabalho é regulada, nos termos gerais e pelo disposto no CT, referindo-se os arts. 68º a 70º CT à capacidade dos menores para celebrar contratos de trabalho.

Note-se que tais normas devem considerar-se imperativas, insusceptíveis de derrogação por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, porquanto se destinam a proteger interesses públicos, como o de evitar a exploração que possa ser feita da força de trabalho da criança ou jovem e o de salvaguardar o seu desenvolvimento físico, psíquico e moral, a sua educação e formação (art. 66º CT).

Em virtude da maior sensibilidade e desprotecção de um dos sujeitos da relação laboral, o contrato de trabalho de menores tem requisitos específicos relativos à idade, escolaridade, qualificação profissional, tipo de trabalho e aptidão física e psíquica do menor, devendo o legislador ter em especial conta o interesse

do menor, não permitindo que este preste qualquer trabalho susceptível de lhe causar prejuízo efectivo ou potencial.

De facto, *“se o trabalho pode ser prejudicial aos menores também pode, dentro de certos limites, ser um factor de realização, de desenvolvimento e de integração familiar e social, pelo que nem todo o trabalho de crianças deve ser estigmatizado e proibido”*<sup>15</sup>

Dispõe o art. 68º CT que pode celebrar contrato de trabalho o menor que tenha já completado 16 anos, concluído a escolaridade obrigatória e que tenha capacidade física e psíquica adequada ao posto de trabalho. A propósito deste último requisito saliente-se a obrigatoriedade de sujeição do menor a exame de saúde, nos termos do art. 72º, nº1, a) CT e a proibição ou condicionamento da realização de certos trabalhos, por parte de menores, de acordo com o disposto no art. 68º a 72º L. 102/2009, 10/9.

O nº 3 daquele art. 68º CT refere, ainda, que se o menor com idade inferior a 16 anos já tiver concluído a escolaridade obrigatória, pode prestar trabalhos leves que “consistam em tarefas simples e definidas que, pela sua natureza, pelos esforços físicos ou mentais exigidos ou pelas condições específicas em que são realizadas não sejam susceptíveis de o prejudicar no que respeita à integridade física, segurança e saúde, assiduidade escolar, participação em programas de orientação ou formação, capacidade para beneficiar de instrução ministrada, ou ainda ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral, intelectual e cultural”.

No entanto, sucede que a L. 85/2009, que alterou a L. 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo) veio estabelecer a escolaridade obrigatória para as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos (art. 1º, nº1 e 2º, nº1). Ora, quanto aos alunos abrangidos por esta alteração verifica-se que, num reduzido número de casos concluirão a escolaridade obrigatória com 17 anos e, na maioria dos casos, com 18 anos, pelo que as normas do CT que vimos analisando

---

<sup>15</sup> In Relatório Preliminar do PETI (2001), Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa

terão de sofrer, necessariamente, alteração, sob pena de a sua aplicabilidade ser praticamente nula.

Por outro lado, relembando a Directiva 94/33/CE, os Estados devem assegurar que a idade mínima de admissão ao emprego ou trabalho não seja inferior à idade em que cessa a escolaridade obrigatória, cabendo-lhes, ainda, nos termos do art. 4º, nº2, estabelecer os casos em que não há lugar à aplicação da Directiva, como será o caso dos trabalhos leves e do exercício de actividades culturais ou similares.

Em suma, com a entrada em vigor da L. 85/2009, os menores, com excepção dos que tiverem concluído a escolaridade obrigatória com 17 anos, apenas poderão ser contratados para trabalhos leves.

O regime aplicável passará a ser, portanto, mais restritivo do que o actual.

Vejamos.

O tempo de trabalho de 8 horas/dia e 40 horas/semana para os menores com 16 e 17 anos ou das 7 horas/dia e 35 horas/semana para os menores com 14 e 15 anos, passará, respectivamente, a ser admitido apenas para os menores com, pelo menos, 15 anos e este para os menores com menos de 15 anos, apenas quando se encontrem em período de interrupção escolar de, pelo menos, uma semana. De outra forma, o limite semanal será de 12 horas e o limite diário será de 2 horas, em dia de ensino e de 7 horas ou 8 horas, em dia sem actividades escolares, consoante o menor tenha ou não atingido os 15 anos de idade.

No que respeita ao trabalho nocturno ele é absolutamente proibido em qualquer idade, sendo o trabalho prestado, necessariamente, entre as 6:00 horas e as 20:00 horas de cada dia.

As excepções previstas no art. 9º da Directiva para os adolescentes apenas poderão ser aplicadas aos menores com 17 anos que tenham concluído a escolaridade obrigatória, uma vez que a Directiva considera adolescente *“qualquer jovem que tenha no mínimo 15 anos e menos de 18 anos e que já não se encontre submetido à obrigação escolar a tempo inteiro imposta pela legislação nacional”*.

Quanto ao descanso diário, terá que ser de, pelo menos, 14 horas.

O novo regime só poderá, portanto, agudizar as vozes críticas que afirmam que a proibição de trabalho de jovens de 16 ou 17 anos que não tenham a escolaridade obrigatória pode significar coarctar-lhes a única possibilidade que têm de se inserirem positivamente na sociedade, evitando comportamentos desviantes ou marginais. Tal crítica só poderá ser desconstruída quando o Estado der a todos os jovens adequadas respostas de qualificação pessoal, escolar e profissional.

Neste sentido vai a previsão do art. 69º, nº1 CT, respeitante a menor com menos de 16 anos com a escolaridade obrigatória mas sem qualificação profissional ou menor com 16 anos ou mais mas sem escolaridade obrigatória e sem qualificação profissional, impondo que a prestação de trabalho seja acompanhada de frequência de modalidade de educação ou formação.

No que respeita à celebração do contrato, o menor que tenha 16 anos e tenha completado a escolaridade obrigatória pode celebrar directamente o contrato de trabalho sem carecer de autorização dos representantes legais<sup>16</sup>, que se podem, contudo, opor a todo o tempo, por escrito.

Já o menor com idade inferior a 16 anos que tenha concluído a escolaridade obrigatória e o menor com 16 anos ou mais que não tenha a escolaridade obrigatória, apenas podem celebrar directamente contrato de trabalho, pessoalmente e de forma válida, se para tal os representantes legais derem autorização escrita, revogável a todo o tempo, situando-se, assim, o menor entre a incapacidade de exercício e uma capacidade assistida ou limitada.

O tratamento diferenciado consoante o menor tenha mais ou menos de 16 anos e tenha ou não concluído a escolaridade obrigatória, prende-se com o entendimento da minoridade como uma sucessão de estádios de desenvolvimento, devendo ser respeitada a evolução e progressiva autonomia do

---

<sup>16</sup> Alguns autores tendem a conjugar o art. 70º, nº1 CT com os arts. 122º ss. CC, concluindo pela necessidade de autorização dos representantes legais quando o contrato contenha cláusulas que restrinjam a liberdade do menor além do necessário num contrato de trabalho.

Neste sentido, MARTINEZ, Romano, *Direito do Trabalho*, Almedina, p.379

menor e adaptado o conteúdo e modo de exercício dos poderes deveres que cabem aos pais, vinculados ao interesse dos filhos, a garantir a sua segurança e saúde, o seu sustento e educação.

Note-se que o desvio à regra da representação legal não foi, no entanto, seguido em matéria de participação de menores em espectáculos ou outras actividades de natureza cultural, artística ou publicitária.

Analisado o regime legal, cumpre saber quais as consequências da violação de algum requisito.

Quanto à idade de admissão, a proibição legal de os menores que não tenham a idade mínima de admissão celebrarem contrato de trabalho explica-se não apenas pela protecção do interesse do menor, mas também por interesses públicos ligados à erradicação do trabalho infantil e à garantia da segurança e saúde dos jovens.

A não observância do requisito legal de idade mínima tornará, assim, o contrato nulo, nos termos do art. 294º CC, por violação de normas imperativas<sup>17</sup>.

No que toca aos requisitos de aptidão física e psíquica para o trabalho a prestar, à natureza do próprio trabalho e da escolaridade mínima, a sua violação importa a nulidade do contrato, também em virtude dos interesses públicos em jogo, como sejam a saúde, educação e formação das crianças e jovens<sup>18</sup>

Quanto à violação do requisito de autorização ou não oposição dos representantes legais, deverá tal falta implicar a anulabilidade do contrato, a qual poderá ser sanada<sup>19</sup>.

Os arts. 121º a 125º CT dispõem sobre a invalidade do contrato de trabalho. No que respeita ao contrato celebrado por menores, dispõe o art. 122º CT que “o contrato de trabalho declarado nulo ou anulado produz efeitos como se fosse válido em relação ao tempo em que seja executado”. Como referem Júlio Gomes e

---

<sup>17</sup> MARTINEZ, Romano, *Direito do Trabalho*, Almedina, p.378

<sup>18</sup> Neste sentido, Leite, Jorge, *Alguns aspectos do regime jurídico do trabalho de menores*, Prontuário de Legislação do Trabalho, actualização nº 40, CEJ, p.15

<sup>19</sup> Gomes, Júlio, *Direito do Trabalho, vol I- Relações individuais de trabalho*, Coimbra ed. p. 459

Catarina Carvalho, “se os contratos de trabalho inválidos quando executados não produzissem os mesmos efeitos que produziram se fossem válidos, estar-se-ia a abrir a porta a uma fácil fuga às normas legais imperativas”<sup>20</sup>.

A violação dos requisitos da capacidade dos menores para celebrarem contratos de trabalho acarreta, ainda, responsabilidade contraordenacional e criminal do empregador (v. 68º nº6 e 82º CT), além de se poder concluir pela responsabilidade civil face ao menor quando este tenha sofrido prejuízos com a contratação.

---

<sup>20</sup> (1999) In *Sobre o regime da invalidade do contrato de trabalho*, II Congresso Nacional de Direito do Trabalho, Almedina, Coimbra, p. 155

## VI - CONTRATO DE TRABALHO DE MENORES

O art. 66º CT prevê, em termos gerais, a obrigação do empregador de *“proporcionar ao menor condições de trabalho adequadas à sua idade, de forma a proteger a sua segurança, saúde, desenvolvimento físico, psíquico e moral, a sua educação e formação, prevenindo, especialmente, os riscos que resultem da sua falta de experiência ou da inconsciência dos riscos existentes ou potenciais”*.

Os arts. 73º a 80º CT prevêem algumas especificidades na forma de prestação do trabalho por menores.

No que respeita aos limites máximos do período normal de trabalho, não poderá ultrapassar 8 horas/dia e as 40 horas/semana, sendo este limite reduzido para 7 horas/dia e 35 horas/semana no caso de trabalhos leves efectuados por menores com menos de 16 anos, podendo os instrumentos de regulamentação colectiva baixar estes limites (art. 73º, nº2 CT).

O art. 75º CT prevê a proibição da prestação de trabalho suplementar por menores de 16 anos, permitindo-a aos menores com idade igual ou superior a 16 anos, quando tal for *“indispensável para prevenir ou reparar prejuízo grave para a empresa, devido a facto anormal e imprevisível ou a circunstância excepcional ainda que previsível”*, desde que não haja outro trabalhador disponível e por período não superior a 5 dias úteis.

Quanto ao trabalho nocturno, rege o art. 76º CT que, no caso de menor com idade inferior a 16 anos, o menor nunca pode trabalhar entre as 20:00 horas de um dia e as 7:00 horas do dia seguinte, com excepção dos menores que participem em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária.

Quanto a menor com idade igual ou superior a 16 anos, a lei dispôs como regra a proibição de o menor prestar actividade entre as 22:00 horas de um dia e as 7:00 horas do dia seguinte, exceptuando, contudo, as situações em que haja instrumento de regulamentação colectiva a prever a prestação de trabalho



nocturno em determinada actividade sem nunca abranger, no entanto, as 0:00 horas e as 5:00 horas (nº3, a).

O nº 3, b) prevê, por sua vez, as actividades de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária em que o menor poderá prestar trabalho nocturno, incluindo durante o período entre as 0:00 horas e as 5:00 horas, desde que tenha um descanso compensatório com igual número de horas, a gozar no dia seguinte ou no mais próximo possível.

Esta norma não colide com o disposto no art. 3º, nº 6 RCT que dispõe que “o menor só pode exercer a actividade entre as 8:00 horas e as 20:00 horas, tendo idade igual ou superior a 7 anos e apenas para participar em espectáculos de natureza cultural ou artística, entre as 8:00 horas e as 24:00 horas”, porquanto esta norma se aplica aos menores de idade inferior a 16 anos enquanto a norma do CT se aplica apenas aos menores com 16 ou 17 anos.

O nº 4 daquele art. 76º CT impõe que, no caso das excepções do nº 3, a prestação de trabalho seja acompanhada por um adulto que vigie o menor, se tal for necessário para proteger a sua segurança ou saúde. A margem de discricionariedade na avaliação da necessidade de tal acompanhamento pode dificultar a efectivação de tal norma.

Por outro lado, permite-se a prestação de trabalho nocturno sem limitações nos casos em que se permite o trabalho suplementar, i.e., quando tal for “indispensável para prevenir ou reparar prejuízo grave para a empresa, devido a facto anormal e imprevisível ou a circunstância excepcional ainda que previsível”, desde que não haja outro trabalhador disponível e por período não superior a 5 dias úteis.

Parece claro o perigo de verificação de situações abusivas ao abrigo desta disposição, permitindo-se a prestação de trabalho por menores, a qualquer hora, implicando maior desgaste e podendo inviabilizar a frequência de programas de educação ou formação, comprometendo-se, assim, o seu desenvolvimento físico e psíquico do menor.

Quanto ao descanso diário e semanal, dispõem os arts. 77º a 80º CT, que o menor com idade inferior a 16 anos não deve prestar mais de 4 horas de trabalho seguidas, devendo o período normal de trabalho diário ser interrompido por um intervalo com uma duração entre 1 hora e 2 horas, podendo, por instrumento de regulamentação colectiva, ser fixado intervalo superior ou mais intervalos. O menor com idade igual ou superior a 16 anos não pode prestar mais de 4:30 horas seguidas sem intervalo com duração entre 1 hora e 2 horas, que pode ser superior ou reduzido até 30 minutos, por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

Prevê o art. 78º CT, no que respeita ao descanso diário, que os menores com menos de 16 anos tenham um descanso mínimo diário de 14 horas entre períodos de trabalho de dois dias consecutivos.

Se tiver idade igual ou superior a 16 anos, o descanso diário deve ser de 12 horas.

O período de descanso pode ser reduzido por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, em determinadas actividades, desde que se justifique por motivos objectivos, não prejudique a segurança e saúde do menor e desde que a redução seja compensada nos três dias seguintes (nº2).

Quanto ao descanso semanal, a regra é a de que os menores tenham direito a dois dias de descanso semanal, se possível consecutivos, num período de 7 dias (art. 79º, nº1 CT).

Se o menor tiver idade igual ou superior a 16 anos, pode o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho definir que por razões técnicas ou de organização do trabalho se justifica que o descanso semanal seja de 36 horas consecutivas.

O descanso semanal pode ainda ser de um dia, relativamente a menores com 16 anos ou mais, se o período de trabalho semanal não ultrapassar as 20 horas ou quando o trabalho seja prestado ocasionalmente, por período não superior a um mês, no caso de trabalho realizado como serviço doméstico em

agregado familiar ou numa empresa familiar, ou ainda no caso das actividades elencadas no nº 2 do art. 79º CT.

Quanto à percepção de rendimentos pelo menor em resultado do seu trabalho, dispõe o art. 70º, nº3 CT que o menor, independentemente da idade e de ter ou não a escolaridade obrigatória, tem capacidade para receber a retribuição devida pelo empregador, salvo quando houve oposição escrita dos representantes legais, sendo que esta posição, exercida no âmbito dos poderes deveres dos representantes legais só pode ter por fonte os interesses do próprio menor<sup>21</sup>, devendo, por isso, ser o conjunto de princípios subjacentes ao exercício das responsabilidades parentais a determinar tal intervenção.

Em complemento, o art. 127º, a) CC prevê a capacidade do menor de 16 anos ou mais, administrar os bens que adquiriu pelo seu trabalho.

Quanto à denúncia do contrato pelo menor, dispõe o art. 71º CT que o menor que esteja a receber ou tenha recebido formação nos termos do art. 69º CT, deve compensar o empregador do custo directo com a formação, o que se mostra desfavorável ao menor, face ao regime de denúncia para os trabalhadores em geral. É perfeitamente legítimo que o menor, no decurso da execução do contrato, conclua que os seus estudos, a sua saúde física ou psíquica, o seu repouso, estão a sair prejudicados. Impor-lhe o pagamento de uma indemnização pode ser desproporcionado e coarctar a sua liberdade de cessação do contrato.

O regime do trabalho de menores com idades inferiores a 16 anos é necessariamente mais restritivo do que o que se refere a menores com idades iguais ou superiores a 16 anos, uma vez que no primeiro caso se verificam especiais necessidades de protecção do desenvolvimento físico, psíquico e moral e da educação e formação do menor.

---

<sup>21</sup> Jorge Leite dá como exemplos a deficiência mental e o risco de consumo de estupefacientes (in, *Alguns aspectos do regime jurídico do trabalho de menores*, Prontuário de Legislação do Trabalho, actualização nº 40, CEJ, p.13)

No que concerne ao trabalho prestado por menores emancipados, face ao art. 133º CC, que prevê que o menor emancipado pelo casamento adquire a capacidade plena de exercício de direitos, poderíamos tender a equiparar os menores emancipados a maiores, para efeitos de celebração, execução e cessação do contrato de trabalho.

Porém, diz o art. 66º, nº4 CT que *“a emancipação não prejudica a aplicação das normas relativas à protecção da saúde, educação e formação do trabalhador menor”*. Mais uma vez ressalta claro o entendimento de que o regime jurídico dispensado ao trabalho de menores se prende com a necessidade de protecção do desenvolvimento integral do menor e não com a sua menor capacidade de discernimento, de entender e querer.

Neste sentido, deverão os menores emancipados poder celebrar contratos de trabalho sem necessidade de autorização ou não oposição, dada a capacidade e autonomia adquirida com a emancipação.

Assim, cumpre considerar aplicáveis aos menores emancipados as normas relativas à educação e formação e à protecção da saúde e segurança, tais como as dos arts. 66º, 67º, 69º, 71º, 72º, 73º a 80º CT.

Importante é, ainda, a situação da prestação de trabalho por menores, em regime de autonomia, tendo o legislador laboral optado por estender parte do regime aplicável ao contrato de trabalho de menores à actividade que estes prestem com carácter autónomo.

O art. 3º, nº1 LPCT prevê que o menor com menos de 16 anos não possa ser contratado para prestar actividade remunerada com autonomia, excepto quando tenha concluído a escolaridade obrigatória e se trate de trabalhos leves.

## **VII - O CASO ESPECÍFICO DA PARTICIPAÇÃO DOS MENORES NO MUNDO DO ESPECTÁCULO**

Feita que está a primeira incursão quanto ao conceito e amplitude do contrato de trabalho quando seja celebrado por menores, cumprirá agora aprofundar a situação específica da participação de menores no mundo do espectáculo, por forma a que se possa concluir, face à omissão de qualificação pelo legislador, se, nas situações em análise, estaremos perante um verdadeiro contrato de trabalho, ou, ao invés, perante um contrato de prestação de serviços.

No âmbito da legislação anterior, art.138º RCT2004, 70º CT2003 e 16º n.º5 Lei 99/2003, previa-se que o menor que participasse em espectáculos e outras actividades de natureza cultural, artística ou publicitária, ainda que não tivesse celebrado contrato com a entidade promotora, ficaria abrangido pelas limitações previstas no CT relativas aos contratos de trabalho celebrados por menores, independentemente de tais normas serem específicas do sector do espectáculo ou relativas aos contratos de trabalho de menores em geral.

Tal equiparação entre as situações em que existiria contrato de trabalho e aquelas em que não existiria é de fácil compreensão, uma vez que, tal como foi já sobejamente referido, as finalidades da regulamentação da participação dos menores no mundo do espectáculo prendem-se com factores de protecção do menor (com a sua saúde, formação, educação etc.), factores esses a que são alheias as qualificações jurídicas que se possam fazer dessa mesma participação, ou seja, o menor carece de uma especial protecção, e essa necessidade de protecção existe de igual modo e independentemente de se caracterizar tal participação como contrato de trabalho ou como contrato de prestação de serviços. De todo o modo, face ao texto do referido art. 138º da RCT2004 e à extensão aí consagrada quanto ao trabalho autónomo de menores, sempre subsistia a dúvida de saber se o legislador pretendeu aplicar o mesmo regime quer às situações de contrato de trabalho, quer às situações de prestação de trabalho autónomo, ou se

o que o legislador verdadeiramente quis foi apenas regular estas últimas, razão pela qual introduziu a expressão “com a extensão decorrente do art.6, n.º5 da Lei 99/2003”.

Com a entrada em vigor da RCT, o legislador veio regular a situação em análise de forma idêntica ao que havia já feito na legislação anterior, pelo que, subsistem as dúvidas.

Assim sendo, o art. 1º, n.º1 al. a) da RCT dispõe que a Lei 105/2009 se aplica à participação de menor em actividade de natureza cultural, artística ou publicitária, a que se refere o artigo 81.º do Código do Trabalho, com a extensão a trabalho autónomo de menor com idade inferior a 16 anos decorrente do n.º 4 do artigo 3.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

Da redacção do *supra* referido artigo parece resultar que o regime da RCT foi pensado para regular relações laborais, contudo, trata-se de uma caracterização que levanta, como veremos, sérias dúvidas, acarretando importantes consequências práticas, uma vez que dependerá dela o recurso subsidiário, ou não, ao CT.

Da noção de contrato de trabalho tal como caracterizada *supra*, infere-se que uma das partes (trabalhador) tem a obrigação principal de prestar um actividade sob a orientação e disciplina da outra parte (empregador), mediante a retribuição, que é uma contrapartida indispensável para a caracterização de tal contrato.

O contrato de prestação de serviços é, por sua vez, e tal como o refere o art. 1154º C.C., aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição.

O contrato de trabalho é, assim, pela própria natureza, um contrato oneroso, sendo que na prestação de serviços, a remuneração não é um elemento essencial. Deste modo, e tendo por base que, tal como concluiremos *infra*, a participação de menores no mundo do espectáculo nem sempre será remunerada, ficará desde já afastada a possibilidade de celebração de um contrato de trabalho relativamente a

participações de menores em actividades culturais, artísticas ou publicitárias quando tais participações não sejam remuneradas, na medida em que se verifica a falta de um dos elementos essenciais do contrato de trabalho.

Por outro lado, no contrato trabalho existe uma obrigação de meios, o trabalhador obriga-se mediante o empregador à prestação de determinada actividade, enquanto que na prestação de serviços estamos perante uma obrigação de resultados.

Ora, se transpusermos esta definição para a participação de menores em actividades culturais, artísticas ou publicitárias, concluiremos que o que a entidade promotora pretende, é um determinado resultado, o que pretende é, por exemplo, que num determinado anúncio publicitário a criança tenha determinado comportamento que diga determinada frase, que em determinada peça a criança cante, dance ou represente tal como lhe foi indicado, independentemente dos meios que foram necessários para a obtenção de tal resultado

Se é verdade que, nomeadamente no que diz respeito às peças de teatro, as crianças têm treinos intensivos ou estão, de certa forma, sujeitas ao poder de direcção e autoridade da entidade promotora, sempre se dirá que o objectivo de tal relação contratual que se estabeleceu é o resultado final (a estreia, os dias de espectáculo) e não os ensaios em si, não é nesses ensaios que se consubstancia e materializa a natureza e finalidade de tal contrato, mas no dia da gravação do anúncio ou do espectáculo.

Ainda que assim não se entendesse, sempre se levantariam questões pragmáticas cuja resolução é controversa.

Como vimos já, a existência e validade do contrato de trabalho depende dos requisitos essenciais do negócio jurídico em geral: capacidade das partes, vontade validamente constituída e idoneidade do objecto.

Quanto à capacidade das partes, exige-se que exista a capacidade de discernimento e de entender e querer o sentido da declaração. Ora, vimos já que o legislador, em termos gerais, apenas atribui a plena capacidade de exercício aos

18 anos, carecendo até essa idade o menor, em princípio, de capacidade de exercício, incapacidade essa que é suprida pelo instituto da representação, sendo aqui que se situa uma das mais complexas questões quanto à caracterização de um eventual contrato de trabalho.

No seguimento do entendimento de Júlio Gomes<sup>22</sup> e de Maria José Costa Pinto, julgamos que, atendendo à característica de o contrato de trabalho ser um contrato de execução eminentemente pessoal, não se compadecerá o mesmo com o instituto da representação, devendo rejeitar-se que os representantes legais possam celebrar contratos de trabalho no lugar do menor, impondo-lhe, dessa forma, a realização de uma actividade laboral.

Ainda que se admitisse que o instituto da representação poderia, nestas situações, suprir a incapacidade do menor, celebrando-se desta forma um contrato de trabalho entre a entidade promotora e o menor, temos dúvidas de que tal contrato de trabalho pudesse subsistir com todas as suas implicações legais. Senão vejamos.

Nos termos do art. 97º e 98º CT, compete ao empregador estabelecer os termos em que o contrato deve ser prestado, tendo poder disciplinar sobre o trabalhador ao seu serviço.

O poder de direcção, enquanto poder que assiste ao empregador de conformar a prestação laboral e o poder de fiscalização, de onde resulta o poder disciplinar pressupõem, de forma óbvia, que a contraparte do contrato, o trabalhador, tenha a capacidade de entender as normas a que está sujeito e as ordens e instruções concretas que lhe são dirigidas.

Tendo por base estes poderes do empregador e pensando num caso concreto da gravação de um anúncio publicitário em que participasse um menor com 6 anos, de que forma é que estes poderes se consubstanciariam? E se houvesse um incumprimento por parte do menor? Haveria lugar a despedimento com justa causa?

---

<sup>22</sup> In *Direito do Trabalho*, vol I- *Relações individuais de trabalho*, Coimbra Editora p.455-456



A questão é que um menor com 6 anos não tem, naturalmente, a capacidade de conformação que um adulto, em princípio, terá. Se concluimos que o menor não tem essa capacidade de conformação e que nem tão pouco tal é expectável, então, não lhe é exigível que actue de outra maneira, o seu comportamento não é censurável e, conseqüentemente, esvazia-se o conteúdo de um efectivo poder disciplinar por parte do empregador, já que, não sendo o *trabalhador* passível de um juízo de censura, não poderá nunca haver lugar a despedimento com justa causa<sup>23</sup>.

Tudo quanto foi dito, afasta a possibilidade de caracterização do contrato celebrado entre as entidades promotoras e o menor participante em actividades culturais, artísticas ou publicitárias como contrato de trabalho, todavia, cumprirá, fazer uma distinção consoante a idade do menor.

De facto, tudo quanto temos vindo a dizer, parte do pressuposto de que o menor não terá capacidade de entender e de se conformar com o efectivo conteúdo de um contrato de trabalho, porém, nem todos os menores terão essa falta de entendimento e capacidade de conformação, pelo que cumprirá fazer algumas distinções em razão da idade, o que terá reflexos quanto à qualificação das respectivas participações.

É a própria lei a reconhecer que, a partir de determinadas idades, o menor já terá capacidade para discernir e compreender as obrigações resultantes de um contrato de trabalho, permitindo-lhe o legislador, verificadas concretas circunstâncias, celebrar contratos de trabalho.

Assim, no que concerne a menores com idade a partir dos 16 anos, estabelece o legislador no art. 70º, n.º1 CT que o contrato de trabalho por si celebrado é válido desde que tenha atingido esse limite etário e tenha concluído a escolaridade obrigatória, salvo oposição dos seus representantes legais. Quanto a este preceito e como referido supra, ele acaba por se esvaziar de conteúdo na medida em que com as alterações introduzidas pela L. 85/2009, a escolaridade

---

<sup>23</sup> In “*Direito do Trabalho*”, 2ª Edição, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Lisboa, 2004

obrigatória passa a ser para as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos (art. 1º, n.º1 e 2º, n.º1), o que faz com que o referido preceito do CT apenas tenha aplicação para os menores que eventualmente tenham concluído a escolaridade obrigatória e ainda não tenham 18 anos, o que será manifestamente raro.

De todo o modo, quanto a esses, dúvidas não haverá de que poderão celebrar contratos de trabalho respeitantes a participações em actividades culturais, artísticas ou publicitárias, desde que não haja oposição dos representantes legais e que estejam preenchidos os demais requisitos legais, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de remuneração.

Quanto aos menores que ainda não tenham completado 16 anos de idade ou não tenham concluído a escolaridade obrigatória, a lei estabelece, no art. 70º, n.º2 CT, que o contrato de trabalho por si eventualmente celebrado, apenas é válido mediante autorização escrita dos seus representantes legais.

Na medida em que a previsão deste n.º2 do art.70 CT, quando comparada o n.º1 do mesmo artigo, é menos exigente quanto à condição do menor (que ou não terá ainda completado 16 anos, ou não terá ainda completado a escolaridade obrigatória), verificar-se-á, por sua vez, uma maior exigência quanto à intervenção dos seus representantes legais.

Assim, se no n.º1 do art. 70 CT apenas se exige a não oposição dos pais, neste n.º 2 já se exigirá, para a validade do contrato de trabalho celebrado, a autorização escrita dos representantes legais do menor. Esta diferença de grau de intervenção dos representantes legais do menor justifica-se na medida em que os eventuais perigos a acautelar serão maiores nas situações previstas no n.º2, já que o menor ou não atingiu ainda os 16 anos de idade, ou não concluiu ainda a escolaridade obrigatória.

Também aqui será necessário fazer uma interpretação de acordo com as alterações introduzidas L. 85/2009, pelo que o art. 70º n.º2 CT ficará basicamente reduzido às situações em que o menor, tendo já atingido 16 anos de idade, não

concluiu, ainda, a escolaridade obrigatória já que quanto à outra possível situação enquadrável no mesmo artigo (ter o menor concluído já a escolaridade obrigatória sem que tenha, contudo, atingido os 16 anos de idade) não sendo de todo impossível, será, porém, de muito difícil verificação.

De qualquer forma, face à previsão expressa da lei, também aqui será possível a celebração válida de um contrato de trabalho por um menor que, tendo já 16 anos de idade ainda não concluiu a escolaridade obrigatória ou que, de forma menos provável, tenha já concluído a escolaridade obrigatória sem que tenha atingido os 16 anos de idade, desde que os seus representantes legais autorizem por escrito a celebração de tal contrato e uma vez que se verifiquem os demais requisitos, nomeadamente no que concerne à remuneração.

Do que foi dito resulta que, quanto à possibilidade de celebração de contrato de trabalho propriamente dito, poderemos ter dois regimes diferentes, consoante a idade do menor e a sua escolaridade.

Assim, relativamente aos menores que não tenham ainda completado os 16 anos de idade nem a escolaridade obrigatória, tendo em conta a sua natural falta de capacidade e discernimento para celebrar um contrato de trabalho e a impossibilidade de o instituto da representação poder suprir essa incapacidade, cremos estar posta de parte a possibilidade de celebração válida de um contrato de trabalho relativamente a participações em actividades culturais, artísticas ou publicitárias.

Já quanto aos menores que tenham concluído os 16 anos de idade e a escolaridade obrigatória, ou que tenham apenas preenchido uma referidas situações (16 anos de idade ou escolaridade obrigatória) anos, atendendo à previsão expressa da lei e a que possuirão, em princípio, capacidade de discernimento e entendimento suficiente para querer e entender as obrigações, direitos e deveres resultantes de um contrato de trabalho, julgamos que poderão celebrar pessoalmente, com as limitações enunciadas *supra*, contratos de trabalho relativos às suas participações em actividades culturais, artísticas ou publicitárias.

## VIII - A LEI ACTUAL: ÂMBITO DE APLICAÇÃO

### a) Enquadramento

Tal como referido *supra*, a regulamentação da participação de menores nas áreas do espectáculo pelo legislador português manteve-se durante décadas num regime de quase inexistência jurídica, tendo apenas verdadeiramente aparecido em 2004 com a transposição (com 8 anos de atraso) da Directiva 94/33/CE na RCT2004.

Neste domínio, assume especial importância a exposição de motivos da proposta de L. n.º 109/IX que regulamenta a L. n.º 99/2003 de 27 de Agosto (lei que aprovou o código de trabalho) onde, reconhecendo a inexistência de legislação actual que enquadre especificamente a participação de menores em espectáculos e outras actividades e os proteja, postula que a adopção dessa legislação corresponde a uma urgente carência social, necessária em face da Constituição e indo de encontro a instrumentos normativos supranacionais, nomeadamente a Directiva n.º 94/33/CE, do Conselho.

O reconhecimento da urgência de regulamentação da participação de menores nas áreas do espectáculo nasce, assim, por um lado da constatação da proliferação de tais participações e do apelo que crescentemente tais áreas fazem sentir nas crianças/jovens; por outro lado, parte da constatação de que com o aumento dessas participações, associado ao vazio de regulamentação legal, se estava a permitir a existência de situações que potenciavam perigos no que concerne especialmente à saúde e educação dos menores, permitindo-se, ainda, que elas existissem impunemente.

Tal como se refere na exposição de motivos da mencionada proposta de lei, *“em algumas dessas actividades, os períodos de tempo prolongados em que os menores estão ocupados, os ambientes em que decorrem as suas participações e a atracção de remunerações significativas podem sujeitar os menores a situações*

*susceptíveis de afectar a saúde, o desenvolvimento físico ou moral ou a educação e o aproveitamento escolar dos mesmos”.*

Estabeleceram-se, então, como principais directrizes da regulamentação da participação dos menores no mundo do espectáculo, as seguintes:

- a) A excepcional permissão do menor participar em espectáculos e outras actividades de natureza cultural, artística ou publicitária;
- b) Apertados limites temporais da participação em tais actividades;
- c) Proibição de, durante o período de aulas da escolaridade obrigatória, a actividade do menor coincidir com o respectivo horário ou, de qualquer modo, impossibilitar a sua participação em actividades escolares;
- d) Obrigatoriedade de haver um intervalo entre o exercício dessas actividades e a frequência das aulas;
- e) Sujeição do exercício das actividades a autorização da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, precedida de parecer das associações representativas dos trabalhadores e empregadores;
- f) Obrigatoriedade de revogação da autorização do exercício de actividade, sempre que o menor passe a ter um horário escolar incompatível, houver diminuição do seu aproveitamento escolar ou for afectado o seu comportamento.

Com a RCT2004 denota-se, assim, uma viragem nas preocupações do legislador quanto a esta matéria.

Se na regulamentação anterior as preocupações do legislador se limitavam ao estabelecimento de idade mínima para a participação dos menores e qual a forma e procedimentos necessários à celebração dos contratos, a partir da RCT 2004, o legislador vai mais além, passando a regulamentar matérias como os limites máximos dos períodos normais de trabalho diário e a necessidade de aproveitamento escolar, entre outros.

Apenas 4 anos após a entrada em vigor da RCT2004, entrou em vigor um novo diploma (L.105/2009, 14/9) que, revogando os artigos 139º a 146º da

RCT2004, passou a regular a matéria da participação dos menores em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária.

Tal como nos refere Margarida Porto<sup>24</sup>, a RCT2009 introduziu importantes alterações ao texto da RCT2004, adaptando-se melhor às necessidades do sector e à protecção do menor, nomeadamente:

- ♣ Previsão de audição do menor pela CPCJ quando possível;
- ♣ Aumento, em relação a determinadas idades, do limite máximo de horas de participação do menor;
- ♣ Obrigação de a entidade promotora transferir a responsabilidade por acidentes de trabalho para uma seguradora;
- ♣ Dispensa de autorização, com a obrigação de comunicação, para a participação de menor com pelo menos 13 anos que decorra num período de 24 horas;
- ♣ Diminuição do prazo concedido ao sindicato e à associação de empregadores para emitirem parecer sobre a compatibilidade entre a participação e a idade do menor.

## **b) Âmbito de aplicação**

Volvendo, agora, ao âmbito de aplicação do regime propriamente dito, cumprirá começar por referir que o art. 81º do CT estabelece que a participação de menor em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária é regulada em legislação específica, sendo que essa legislação específica é hoje a RCT.

Assim, aos menores de 16 anos que participem no mundo do espectáculo não se aplica o disposto no art. 68º CT, que consagra a regra de que só pode ser admitido a prestar trabalho o menor que tenha completado 16 anos, tenha

---

<sup>24</sup> (2010) In *A participação do menor em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária – análise das especificidades do regime legal*, Almedina, p.152 ss.

concluído a escolaridade obrigatória e disponha de capacidades físicas e psíquicas adequadas ao posto de trabalho.

A RCT estabelece como regime regra a possibilidade de o menor de 16 anos participar em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural ou artística, designadamente como actor, cantor, dançarino, figurante, músico, modelo ou manequim, não especificando o legislador taxativamente quais as actividades em que é permitida tal participação.

Assim, a primeira abordagem que terá que se fazer para que se possa concluir pela aplicação, ou não, da RCT a uma determinada situação, será a de determinar se essa situação concreta é passível de enquadrar o conceito de espectáculo, de actividade cultural ou de actividade artística.

### **b.1) Conceito de espectáculo**

Quanto ao conceito de espectáculo, etimologicamente a palavra deriva do latim *spectaculu*, que significa “*vista, aspecto, exibição, exposição, aquilo que prende a vista (e o ouvido), contemplação, diversão*”<sup>25</sup>. Não é assim, como facilmente se poderá constatar, e para o que ora nos importa, um conceito de fácil delimitação.

O factor essencial quanto à delimitação do conceito para efeitos do âmbito de aplicação da RCT será, a nosso ver, o da necessidade de exibição, isto é, da necessidade da existência de público. Não importa que tal exibição tenha que ocorrer em directo (situações em que o público poderá usufruir *in loco*, como se passará por exemplo numa peça de teatro), estando também abrangidas as situações em que o público só através dos meios de audiovisuais ou radiofónicos tem acesso (publicidade televisiva, filmes, música que passa na rádio etc.).

---

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, Cândido, (1995) in *O Grande Dicionário da Língua Português*”, Dicionários Bertrand, Lisboa.

Tal como nos refere Margarida Porto<sup>26</sup>, outras actividades há em que os problemas de delimitação são mais complexos, na medida em que se trata de actividades que pese embora se considerem artísticas, não são consideradas espectáculo ou porque se desenvolvem em privado ou, simplesmente, porque aquilo que é exposto ao público é já um produto final (veja-se o caso da pintura e da escultura entre outros).

Para além destas situações, surge a ainda o caso da moda e o da publicidade, que comumente não são sequer consideradas como uma actividade artística.

## **b.2) Conceito de actividade artística**

Quanto ao conceito de actividade artística, parece-nos que se deverão incluir aqui todas as situações que estejam ligadas à criação artística enquanto tal, as que manifestem a criatividade inerente às belas-artes e que têm por finalidade a expressão da beleza, incluindo-se aqui a dança, a pintura, a música, a escultura, a literatura e o cinema.

No que concerne ao conceito de actividade cultural, podemos afirmar que se incluirão aqui as actividades que digam respeito ao indivíduo enquanto ser social, ao conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou grupo de comunidades, ao sistema complexo de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou um grupo social e que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e instituições que fazem parte da vida individual e colectiva dessa sociedade ou grupo<sup>27</sup>. Trata-se de um conceito de muito difícil definição, volátil, que se vai moldando com a própria evolução dos tempos.

---

<sup>26</sup> In *A Participação do menor em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária – Análise das especificidades do regime geral*, Almedina, 2010

<sup>27</sup> Enciclopédia e Dicionários Porto Editora, in [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt)



Constata-se que o legislador utilizou conceitos algo indefinidos, mas com a virtualidade de abrangerem um conjunto indeterminado de situações, adaptáveis com a própria evolução cultural e civilizacional.

É como resultado de tal delimitação algo genérica que se permite a inclusão no âmbito do artigo 2º da RCT da área da publicidade.

A publicidade pode ser definida como o conjunto de actos de comunicação, de propaganda, com o intuito de dar a conhecer as virtualidades de um determinado produto tendentes a mover a vontade de outrem a determinada acção<sup>28</sup>.

### **b.3) Regularidade**

Na RCT não impôs o legislador que a participação do menor, para que se encontrasse incluída no seu âmbito de aplicação, tivesse que assumir um carácter de regularidade. Assim, não é exigível que o menor exerça tais participações com uma habitualidade característica de um verdadeiro exercício de uma profissão, bastando que participe, ainda que por uma só vez, numa das actividades *supra* referidas.

### **b.4) Remuneração**

Outro aspecto que se impõe analisar para a definição das participações que se considerem incluídas no âmbito da RCT é o da necessidade, ou não, de tal participação ser remunerada.

Não estando este aspecto resolvido pela lei, a opção por qualquer um dos dois caminhos (exigência ou não da remuneração) tem argumentos de valor acrescido, não sendo fácil a ponderação e decisão por um deles.

---

<sup>28</sup> Grande Dicionário Enciclopédico, volume XII, pág. 5103

Assim e começando pelos argumentos a favor da exigência de remuneração, diríamos em primeiro lugar que são desde logo razões de ordem sistemática e talvez literal que apontam neste sentido:

♣ A regulação da participação de menores no mundo do espectáculo é feita nos art. 2º e ss. da RCT, ex vi do art. 81º do CT.

♣ O CT e os diplomas que regulamentam as matérias nele constantes regulam apenas contratos de trabalho, os quais são por força da lei remunerados.

♣ O legislador, sabendo de antemão da remissão expressa do CT para a RCT e sabendo que naquele apenas se regulam relações laborais que são necessariamente remuneradas, não criou qualquer normal excepcional no que concerne à participação dos menores, pelo que o seu silêncio não poderia, sem mais, levar a que se considerasse que pretendeu alargar a RCT à regulamentação de situações não remuneradas.

♣ Ainda que não se considere a participação de menores no mundo do espectáculo como um contrato de trabalho, mas como um contrato de prestação de serviços, sempre o mesmo teria que ser remunerado.

♣ O art. 9º, n.º1 da RCT refere expressamente que um dos elementos que devem constar do contrato celebrado entre os representantes legais e o menor é a remuneração.

♣ A inclusão das participações não remuneradas na RCT levaria a que um exponencial número de situações fossem por ele abrangidas, situações essas cuja regulação não é o escopo da RCT (veja-se por exemplo o caso das marchas populares, entre outros).

A par destes argumentos a favor da exigência de remuneração, podemos adiantar os argumentos que, de forma oposta, abonam a favor da não exigência da remuneração para a inclusão da participação dos menores na regulamentação da RCT. Assim:

♣ A lei não o exige expressamente.

♣ As finalidades que estiveram na base da RCT não foram preocupações com exigências de remuneração, antes havendo preocupações com o bem estar do menor, tratando a lei de regular aspectos que directamente contendem com a sua saúde, desenvolvimento psíquico e físico e com o seu aproveitamento escolar.

♣ Tanto necessita de protecção o menor que participa de forma remunerada como o que o faz gratuitamente, pelo que, ao não o fazer, se poderia estar a criar um regime injustificadamente desigualitário, eventualmente violador do art. 13º da CRP.

♣ Com o crescente apelo dos media e com a constatação de que é crescente o número de participações dos menores no mundo do espectáculo, muitas serão as situações em que os menores não são remunerados (veja-se a situação analisada no caso 2, no que concerne à participação de menores em desfiles), o que levaria a que todas essas situações ficassem sem regulamentação, ao arrepio das finalidades primeiras da RCT.

Atendendo aos argumentos apresentados, parece-nos ser de incluir na regulamentação da RCT as participações de menor no mundo do espectáculo, ainda que não remuneradas, sob pena de se frustrarem muitos dos objectivos que se pretenderam alcançar com uma lei que desde logo tanto tardou em chegar.

Não se olvida que ao abranger as situações não remuneradas se poderá estar a abrir a porta a muitas situações que não justificam a regulamentação da RCT, situações essas em que não se justificará esta específica protecção legal, nomeadamente quanto à exigência de autorização da CPCJ, quando se trate de, por exemplo, um menor que treine e participe nas marchas populares por altura do Verão.

Contudo, as situações de participações não remuneradas, vão muito além, como aliás se poderá constatar pelos casos reais por nós abordados (veja-se

Anexo I a este respeito) e o risco de se desproteger muitas situações carecidas de protecção é não só elevado como determinante nesta opção.

Assim, em nossa opinião, deveria haver uma alteração da RCT, onde expressamente se referisse a não exigência de remuneração das participações dos menores para a sua inclusão na regulamentação da RCT e, por outro lado, se exceptionassem determinadas situações que, pela sua natureza, muitas vezes associada a tradições familiares ou culturais, não justificassem a aplicação da RCT.

#### **b.5) Idade**

O último dos aspectos a referir diz respeito à idade.

O Capítulo II da RCT refere-se expressamente a menores de 16, pelo que será quanto a estes que se referirá o regime de regulamentação quanto à participação dos menores em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária.

No que concerne à participação em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária de menores com 16 e 17 anos, não haverá lugar à aplicação da RCT mas apenas dos arts. 66º e ss. do CT, os quais estabelecem algumas limitações, já analisadas.

Em suma, poderíamos dizer que, com as ressalvas referidas quanto a menores com 16 e 17 anos, se incluem no âmbito da regulação da RCT as situações de menores de 16 anos que, com carácter de habitualidade ou não, participem num espectáculo ou actividade artística ou cultural, independentemente de tal participação ser remunerada.

Assim sendo, é possível contratar um menor de qualquer idade para participar numa das actividades referidas, sem que tal contratação tenha que

assumir carácter excepcional, ao contrário do que sucedia no regime anterior e ao contrário do que continua a dispor a legislação de outros Estados.

A lei espanhola, por exemplo, dispõe que a autoridade laboral pode autorizar a participação de menores de 16 anos em espectáculos públicos, excepcionalmente e desde que essa participação não acarrete perigo para a sua saúde física ou para a sua formação profissional e humana.

No Brasil, por sua vez, tal autorização compete ao Juiz do Tribunal de Menores, exigindo a lei que a participação tenha fim educativo ou a peça não seja prejudicial à formação moral do menor ou desde que a ocupação do menor seja indispensável à própria subsistência ou dos seus familiares mais chegados e daí não venha qualquer prejuízo para a sua formação moral.

Julgamos que, apesar de a nossa legislação passar a admitir como regra a participação dos menores em espectáculo, ao contrário do que sucede noutros Estados, tal não acarreta um aumento do número dessas participações. Ou seja, nos regimes em que tal participação está prevista a título excepcional, como são utilizadas cláusulas gerais muito abrangentes, na prática, a intervenção dos menores no mundo do espectáculo é igualmente frequente.

## IX - REGIME JURÍDICO

### a) RCT

Em concretização do que consagra o CT<sup>29</sup>, o n.º 2 do art. 2º da RCT dispõe que a participação do menor nas referidas actividades não pode envolver contacto com animal, substância ou actividade perigosa que possa constituir risco para a segurança ou a saúde do menor.

O regime anterior previa apenas que a participação dos menores em espectáculos circenses não podia envolver qualquer contacto com animais ferozes. (*art. 139º, n.ºs 2 e 3 da L. 35/2004 de 29.07*)

A lei actual retirou o adjectivo “ferozes”, dizendo apenas que o contacto com animais não pode constituir risco para o menor. Margarida Porto defende que tal alteração é positiva, uma vez que há animais não ferozes que podem efectivamente ser perigosos para o menor e, por outro lado, porque assim se permite que a avaliação do eventual perigo que o animal possa constituir para o menor seja feita casuisticamente, sendo certo que um animal pode ser perigoso para uma criança de 2 anos e já não o ser para uma criança de 11 anos.<sup>30</sup> Por essa razão, entende que o legislador também se devia ter absterido de utilizar o adjectivo “perigosa” para qualificar a actividade.

Relativamente à idade dos menores, a RCT apenas exige a idade mínima de 12 anos para a participação do menor em actividade que envolva o contacto com animais. Nesse caso, exige ainda que a participação do menor - incluindo nos

---

<sup>29</sup> «O empregador deve proporcionar ao menor condições de trabalho adequadas à idade e ao desenvolvimento do mesmo e que protejam a segurança, a saúde, o desenvolvimento físico, psíquico e moral, a educação e a formação, prevenindo em especial qualquer risco resultante da sua falta de experiência ou da inconsciência dos riscos existentes ou potenciais.» Art.º 66º, n.º 1 do CT

<sup>30</sup> In “Trabalho de menores em espectáculo e publicidade” – Associação de Estudos Laborais - Questões Laborais, Ano VII-2000, n.º 16, Coimbra Editora, p. 196

respectivos ensaios - decorra sob a vigilância de um dos progenitores, representante legal ou irmão maior (*art. 2º, nºs 2 e 3*).<sup>31</sup>

A redacção anterior do preceito apenas proibia a participação de menores de 12 anos em espectáculos circenses sendo que, mesmo a partir dessa idade, não poderia haver contacto com animais ferozes.

Actualmente a lei permite a participação de menores de qualquer idade no circo, desde que não haja contacto com animais. Por outro lado, exige a idade mínima de 12 anos para qualquer actividade que envolva animais, independentemente da perigosidade dos mesmos. A questão que se coloca é a de saber se o legislador pretendeu efectivamente alterar o regime legal neste sentido, ou se deve entender-se que a exigência de idade mínima e de vigilância do menor deve ter lugar apenas no caso de utilização de animais em actividades circenses. Margarida Porto defende esta última posição, referindo que aplicar tal preceito às demais actividades, tendo em conta que não se exige que o animal seja perigoso ou que ponha em causa a segurança e saúde do menor, seria atribuir ao preceito um vasto campo de aplicação, de forma injustificada (*o menor de 12 anos ficaria privado de participar em qualquer actividade que envolvesse um animal, qualquer que ele fosse*).

No que concerne à exigência de vigilância do menor por um adulto, a mesma deveria ser obrigatória em qualquer espectáculo e não apenas aos que envolvam animais (isto é, aos circenses).

Efectivamente, todos os tipos de espectáculo acarretam os seus riscos. A diferença é que muitos deles se revelam apenas mais tarde. De referir que os menores de 12 anos têm ainda uma personalidade frágil e, por esse motivo, lhes é mais difícil lidar com a exigência, competitividade, rejeição e fadiga inerente ao mundo do espectáculo. A presença dos pais nos ensaios e espectáculos, além de reconfortante, seria um travão a potenciais excessos por parte das entidades promotoras, para as quais a participação dos menores constitui uma fonte de lucro.

---

<sup>31</sup> A inobservância destes requisitos constitui contra-ordenação muito grave, imputável à entidade promotora.

Por outro lado, os pais teriam uma percepção mais exacta acerca das pressões a que os filhos muitas vezes estão sujeitos, prestando-lhes um maior apoio e acompanhamento, o que poderia prevenir o aparecimento de certas doenças físicas ou psicológicas...

No entanto, o que estabelece a lei é que, excepcionando o caso de participação de menor de 12 anos em actividade que envolva animais, a necessidade de acompanhamento dos menores é aferida pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) da área do domicílio do menor, que pode condicionar a concessão da autorização à vigilância de um dos representantes legais ou de pessoa maior indicada por estes (*art. 7º, nº 3*). Por outro lado, no único caso em que tal acompanhamento é legalmente obrigatório, o mesmo pode não ser eficaz tendo em conta que normalmente as actividades em que há contacto com animais são circenses e que, em regra, os menores que participam nesse tipo de espectáculo são os que nasceram no meio. A vigilância referida caberá aos pais, representante legal ou irmão maior que, na maioria dos casos, serão parte directamente interessada na intervenção do menor na actividade.

Seria preferível ter adoptado a formulação da lei francesa, que exige que a família do menor esteja em condições de exercer uma *vigilância eficaz*, para autorizar a participação do menor em espectáculos.

O *art. 3º* regulamenta a duração diária e semanal da participação do menor em actividade, sendo essa duração variável em função da idade do mesmo.

Atendendo a que a necessidade de protecção da saúde, da educação, do desenvolvimento físico e psíquico do menor vai diminuindo à medida que a sua idade aumenta, o número de horas de trabalho diário e semanal aumenta.

Assim sendo, as crianças com menos de 1 ano só podem prestar actividade 1 hora por semana, ao passo que as crianças com mais de 1 ano e menos de 3 podem prestar actividade 2 horas por semana.



As crianças de 3 a 6 anos podem trabalhar 2 horas por dia, com o limite de 4 horas por semana.

As crianças de 7 a 11 anos podem prestar actividade durante 3 horas por dia, num máximo de 9 horas semanais. Esses limites podem serem ultrapassados até 3 horas nos dias em que não haja actividades escolares. Portanto, nos dias em que não têm aulas, os menores com essas idades podem trabalhar até 6 horas, com o limite de 12 horas semanais, tal como sucede nos períodos de férias escolares.

Por fim, as crianças de 12 a 15 anos podem prestar 4 horas de actividade por dia e 12 por semana, podendo igualmente qualquer dos limites ser ultrapassado até 3 horas em dia sem actividades escolares, num máximo de 15 horas semanais em períodos escolares, ou 16 horas semanais nos períodos de férias.

Nestes dois últimos escalões de idades a lei aumentou o limite máximo semanal de actividade permitida em 3 horas e 4 horas, respectivamente, o que parece ser um limite mais realista, atendendo ao modo de funcionamento da generalidade das actividades em questão, em que os ensaios/sessões não são contínuos(as), sendo necessário repetir várias vezes até sair bem. O limite actual é, como se disse, mais realista, esperando-se que assim diminua a tendência das entidades promotoras de esconderem as contratações de menores.

Nos três últimos escalões referidos deve haver uma ou mais pausas de pelo menos trinta minutos cada, de modo que a actividade consecutiva não seja superior a metade do período diário permitido.

Durante o período de aulas a actividade do menor não deve coincidir com o horário escolar, para que o menor possa conciliar as duas actividades, sendo que entre a frequência das aulas e a prestação da actividade deve decorrer um intervalo mínimo de uma hora.

A actividade do menor deve ser suspensa pelo menos um dia por semana, coincidente com dia de descanso durante o período de aulas (*art. 3º, nº 3*).

*«O menor só pode exercer a actividade entre as 8 e as 20 horas ou, tendo idade igual ou superior a 7 anos e apenas para participar em espectáculos de natureza cultural ou artística, entre as 8 e as 24 horas» (art. 3º, nº 6).*

Não se aplica, portanto, o regime previsto no *art. 78º do CT*, que impõe que o menor tenha um período de descanso diário de 14 horas consecutivas. Efectivamente, se o menor exercer actividade até às 24 horas e tiver aulas na manhã seguinte, tal período de descanso não será respeitado. O facto de a lei ser mais exigente quanto aos contratos de trabalho comuns de menores tem que ver com a possibilidade de estes prestarem até sete horas de trabalho diário e trinta e cinco horas semanais, o que, como vimos, não é permitido nos contratos relativos à actividade dos menores no mundo do espectáculo.

A participação do menor em actividade natureza cultural, artística ou publicitária não pode exceder metade do período de férias escolares (*art. 3º, nº 4*), por forma a que o mesmo possa descansar e usufruir da companhia dos seus familiares durante esse período, assegurando também um maior aproveitamento escolar do menor quando recomeçarem as aulas.

Os limites referidos são inultrapassáveis mesmo que o menor participe em vários espectáculos em simultâneo, tal como estipula o *art. 80º do CT*.<sup>32</sup> Por outro lado, atendendo a que a *RCT* visa conferir especial protecção ao trabalho dos menores no mundo do espectáculo, não podem os mesmos prestar trabalho suplementar, nem trabalhar em regime de adaptabilidade, banco de horas ou trabalho concentrado.<sup>33</sup>

As normas acabadas de referir aplicam-se aos menores que estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória que, face ao disposto na L. 85/2009 de 27.08, para os alunos que se matricularam no ano lectivo de 2009-2010 em qualquer dos anos de escolaridade dos 1.º ou 2.º ciclos ou no 7.º ano de escolaridade, é até aos 18 anos, ao passo que para aqueles que se matricularam

---

<sup>32</sup> «1 – Se o menor trabalhar para vários empregadores, os descansos semanais devem ser coincidentes e a soma dos períodos de trabalho não deve exceder os limites máximos do período normal de trabalho.»

<sup>33</sup> Fica, assim, afastada a aplicação do disposto nos art.ºs 74º e 75º do CT.

no presente ano lectivo no 8.º ano de escolaridade e seguintes, continua a ser os 15 anos de idade.<sup>34</sup>

Constitui contra-ordenação muito grave, imputável à entidade promotora, a violação das regras relativas à duração do período de participação do menor em actividade.

A entidade promotora deve transferir a responsabilidade por acidentes de trabalho para uma entidade autorizada por lei a celebrar esse seguro, tendo o menor direito à reparação de danos emergentes de acidente de trabalho nos termos gerais, previstos na L. 98/2009, de 04.09 (art. 4º RCT).

A participação do menor em espectáculo ou em outras actividades de natureza cultural, artística ou publicitária carece de autorização ou comunicação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) da área do domicílio do menor ou, na sua falta, aquela cuja sede estiver mais próxima (*art. 5º, nºs 1 e 3*).<sup>35</sup>

Nos termos do *art. 12º da L. 147/99 de 1 de Setembro (LPCJP)*,<sup>36</sup> as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, que visam promover os direitos das crianças e dos jovens, bem como pôr termo a situações que coloquem em perigo a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral dos mesmos.

Podem funcionar em comissão alargada ou restrita sendo que, para efeitos de conceder autorização para a participação do menor em espectáculo ou receber comunicação dessa participação, funcionará em comissão restrita.

A comissão restrita é composta por um número ímpar dos membros que compõem a comissão alargada, nunca inferior a cinco, devendo os mesmos ser

---

<sup>34</sup> V. art.ºs 1º, 2º, n.º 1 e 8º da L. 85/2009, de 27.08.

<sup>35</sup> Esta necessidade de autorização já estava consagrada no regime anterior (L.35/2004), por imposição da Directiva 94/33/CE que, no seu art.º 5º, prevê que «A contratação de crianças para participarem em actividades de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária está sujeita à obtenção de uma autorização prévia emitida pela autoridade competente para cada caso individual.»

<sup>36</sup> Alterada pela L. 31/2003 de 22.08.

escolhidos de forma a que a mesma tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo, sempre que possível, pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia, direito, educação e saúde.

A regra é a de que a participação do menor em espectáculo está sujeita a autorização da CPCJ, a qual será requerida por escrito pela entidade promotora (arts. 5º nº 1 e 6º nº1).

No requerimento a entidade promotora tem obrigatoriamente que indicar (art. 6º, n.º1):

- a) Identificação e data do nascimento do menor;
- b) Estabelecimento de ensino frequentado pelo menor, se este estiver abrangido pela escolaridade obrigatória;
- c) Actividade em que o menor participará e local onde a mesma se realizará;
- d) Tipo de participação do menor, referenciada através de sinopse detalhada;
- e) Duração da participação do menor, que pode ser para uma ou várias actuações, por uma temporada ou outro prazo certo, ou ainda o período em que o espectáculo permaneça em cartaz ou outro prazo incerto;
- f) Número de horas diárias e semanais de actividade do menor em actuação e actos preparatórios;
- g) Pessoa disponível para vigiar a participação do menor, sendo caso disso.

A necessidade de indicar o tipo de participação através de sinopse detalhada é uma importante inovação da RCT, pois assim se permite que a CPCJ tenha uma noção mais exacta da actividade que o menor vai prestar e das eventuais repercussões da participação na sua vida, antes de conceder a autorização.

O requerimento tem ainda que ser instruído com (art. 6º, nº 2):

- a) Ficha de aptidão que certifique que o menor tem capacidade física e psíquica adequadas à natureza e à intensidade da sua participação, emitido pelo médico do trabalho da entidade promotora, depois de ouvido o médico assistente do menor.

Faz sentido que se exija a intervenção dos dois médicos, um porque conhece melhor o menor, outro porque é especializado na área do trabalho, tendo uma noção mais precisa sobre as implicações da actividade que o menor irá exercer.

b) Declaração do horário escolar e informação sobre o aproveitamento escolar do menor abrangido pela escolaridade obrigatória, emitidas pelo estabelecimento de ensino.

Se no momento do requerimento da autorização o menor ainda não tiver horário escolar, nomeadamente, por estar em período de férias escolares, o horário deve ser apresentado à CPCJ logo que seja atribuído. A lei não esclarece a quem incumbe essa obrigação, nesse caso, se à entidade promotora, se ao estabelecimento de ensino, se aos pais do menor.

Ora, o art. 10º, nº1, estabelece que o estabelecimento de ensino tem a obrigação de comunicar qualquer alteração do horário do menor à CPCJ, bem como aos pais e à entidade promotora. Por sua vez, o nº 2 desse art. dispõe que os representantes do menor devem enviar à CPCJ e à entidade promotora, no início do novo ano escolar, uma declaração do horário escolar, quando a validade da autorização concedida abranger mais de um ano lectivo. Dada a semelhança das situações em apreço, parece-nos que caberá aos pais comunicar à CPCJ o horário que for atribuído ao menor, quando o requerimento de autorização é enviado antes de tal atribuição e sem prejuízo do próprio estabelecimento escolar poder também comunicar o horário directamente à CPCJ.

c) Autorização dos representantes legais do menor, que deve mencionar a actividade em que o menor participará e local onde a mesma se realiza, o tipo de participação do menor referenciada através de sinopse detalhada, a duração da participação do menor e o número de horas diárias e semanais de actividade do menor em actuação e actos preparatórios.

Esta autorização repete grande parte dos elementos que a entidade promotora tem que enviar à CPCJ, contudo, tal repetição não é despicienda pois

visa assegurar que os representantes legais do menor possuem conhecimento dos precisos termos da actividade que o menor irá prestar, e que são os mesmos que foram comunicados à CPCJ.

A questão que se coloca é a de saber se os pais podem revogar a autorização concedida.

Nos contratos de trabalho de menores regulados pelo CT os pais podem revogar a autorização concedida ou declarar a sua oposição a todo o tempo, sendo o acto eficaz 30 dias após comunicação ao empregador (art. 70º, nº 1 do CT).

Nos contratos de que aqui tratamos, contudo, há que ter em conta que as qualidades e características pessoais do menor assumem particular importância, não sendo indiferente para a entidade promotora substituir um menor por outro.

Assim sendo, a revogação da autorização pelos representantes legais do menor pode provocar prejuízos consideráveis para a entidade promotora.

Por outro lado, tendo em conta que são os próprios pais que celebram o contrato com a entidade promotora (e não os menores com autorização dos pais), pode pensar-se que a possibilidade de fazerem cessar o contrato consubstanciaria um *“venire contra factum proprium”*. Este argumento, contudo, não é decisivo porquanto, entre serem os próprios pais a celebrar o contrato ou serem os menores com autorização daqueles não há uma diferença substancial, na medida em que a retirada da autorização concedida faz, de igual forma, cessar o contrato celebrado.

Ora, apesar dos problemas levantados, cremos que a resposta à questão não pode deixar de ser afirmativa, podendo os pais revogar a autorização que concederam para a participação do menor, a todo o tempo. Efectivamente, o interesse do menor não pode ser relegado para segundo plano para evitar prejuízos patrimoniais à entidade promotora.

Os pais têm o especial dever de zelar pela protecção da saúde, educação e desenvolvimento do menor, devendo revogar a autorização sempre que a participação do menor na actividade autorizada for contrária ao superior interesse

deste, sem prejuízo de poderem ter que indemnizar a entidade promotora pelos danos causados com a revogação.

A revogação será eficaz 30 dias após a comunicação à entidade promotora ou, se a mesma tiver como fundamento a necessidade de frequência de estabelecimento de ensino, após 15 dias (*art. 70º, nºs 4 e 5 do CT*).

d) Parecer de sindicato e de associação de empregadores representativos sobre a compatibilidade entre a participação prevista e a idade do menor ou, na falta de resposta, prova de que o mesmo foi solicitado pelo menos cinco dias úteis antes da apresentação do requerimento. Sendo o parecer desfavorável, deve a entidade promotora juntar ainda a sua apreciação relativamente ao mesmo.

A competência para emitir o referido parecer recai sobre qualquer sindicato representativo da actividade a exercer pelo menor, que tenha celebrado uma convenção colectiva que abranja a actividade promovida pela requerente, e a qualquer associação de empregadores em que a entidade promotora esteja inscrita, ou que tenha celebrado convenção colectiva que abranja a actividade promovida pela requerente.

Todos estes elementos têm que ser novamente enviados à CPCJ em caso de pedido de renovação da autorização concedida.

*«Antes de deliberar sobre o requerimento, a CPCJ deve ouvir o menor em causa, sempre que tal seja possível.» (art. 7º, nº1)*

O regime anterior, incompreensivelmente, não exigia a audição do menor. É certo que a CPCJ acabava quase sempre por ouvir o menor, mas tal não era obrigatório. No entanto, como se tratava de uma competência nova das Comissões, estas, desconhecendo qual a concreta tramitação a atribuir ao pedido de autorização, acabaram por seguir uma tramitação semelhante à que tem lugar

no exercício das suas restantes competências, previstas nos arts. 18º e 21º da LPCJP, ouvindo o menor, tal como dispõem os arts. 4º, al. i) e 10º dessa Lei.

Actualmente tal audição é obrigatória, desde que possível. A lei não esclarece em que circunstâncias se poderá considerar que a audição do menor não é possível, nem qual a consequência para a falta de audição quando a mesma deva ter lugar.

Por outro lado, a audição não vincula a decisão da CPCJ, qualquer que seja a idade do menor. Ora, se é certo que uma criança de tenra idade não terá maturidade suficiente para ser ela própria a decidir se deve ou não participar numa actividade desta natureza, não é menos certo que, em regra, a partir dos 12 anos tal maturidade já é superior, devendo ser tida em conta. Até porque a participação do menor em actividades desta natureza assume, por norma, carácter meramente lúdico, não se justificando que deva ter lugar contra a vontade do menor.

Assim, teria sido melhor exigir consentimento do menor a partir de determinada idade ou, pelo menos, a sua não oposição. Essa posição seria mais coerente com a adoptada pelo legislador noutras matérias<sup>37</sup>, bem como com o previsto em instrumentos de direito internacional assinados por Portugal.<sup>38</sup>

É certo que a CPCJ não será indiferente à vontade expressa pelo menor, mas, como se disse, não está proibida de autorizar a participação contra a vontade do menor e deveria estar, pelo menos a partir dos 12 anos de idade.

A CPCJ apenas deve autorizar a participação do menor se a actividade, o tipo de participação e o correspondente número de horas por dia e por semana respeitarem as exigências legais supra referidas, e desde que a participação não

---

<sup>37</sup> Como seja no caso de intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude ou das CPCJ's, nos processos de promoção e protecção, em matéria de adopção...

<sup>38</sup> Como sejam a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia ou a Convenção sobre os Direitos da Criança, que prevêem o direito das crianças a manifestarem livremente a sua opinião, devendo esta ser tomada em consideração nos assuntos que lhes digam respeito, atendendo à sua idade e maturidade – arts. 24º e 12º, n.º1, respectivamente.



prejudique a segurança, a saúde, o desenvolvimento físico, psíquico e moral, a educação e a formação do menor (art. 7º, nº2).

Trata-se de um critério muito vago mas, tendo em conta que se aplica a um conjunto vasto de actividades diferentes, dificilmente poderia o legislador ter concretizado mais. De notar que tem plena aplicação nestas actividades o disposto no art. 66º do CT, estando a entidade promotora obrigada a proporcionar ao menor condições de trabalho adequadas à sua idade e desenvolvimento e que protejam a sua segurança e saúde.

A autorização pode ser condicionada ao exercício de vigilância por um dos representantes legais do menor ou de pessoa maior por aqueles indicada (art. 7º, nº3). Contudo, a lei é totalmente omissa quanto aos casos em que deverá ser equacionada uma autorização condicionada. A Comissão terá, assim, que fazer uma avaliação global do tipo de participação em causa e dos riscos que a mesma acarreta, atendendo à idade e personalidade do menor.

A CPCJ deve proferir decisão no prazo de 20 dias, considerando-se o requerimento indeferido se não for decidido nesse prazo. No entanto, haverá deferimento tácito uma vez decorrido o prazo de 20 dias, se os documentos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 6º, forem favoráveis à participação do menor na actividade, ou se este já não estiver abrangido pela escolaridade obrigatória.

Esta possibilidade de deferimento tácito acarreta uma desresponsabilização excessiva das CPCJ's, descuidando a protecção do menor. Repare-se que os documentos que têm que ser favoráveis à participação do menor são apenas a ficha de aptidão que certifique que o menor tem capacidade física e psíquica adequadas à natureza e à intensidade da sua participação, a declaração do horário escolar e informação sobre o aproveitamento escolar do menor abrangido pela escolaridade obrigatória, a autorização dos representantes legais do menor e o parecer favorável de sindicato e de associação de empregadores representativos ou, na falta de resposta, a prova de que o mesmo foi solicitado pelo menos cinco

dias úteis antes da apresentação do requerimento. Faltará avaliar, em concreto, se a participação do menor será compatível com a sua segurança, saúde, desenvolvimento físico, psíquico e moral, educação e formação, bem como aferir se é necessário o acompanhamento por parte de um dos representantes legais do menor.

Por outro lado, coloca-se a questão de saber quem é que fará a avaliação dos documentos, para concluir se os mesmos são ou não favoráveis. É que, perante a ausência de resposta da CPCJ no prazo referido, certamente haverá a tentação da entidade promotora considerar que os documentos são favoráveis...

Acresce que, atendendo a que a Directiva impõe que a participação de menores em actividades de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária seja submetida à obtenção de uma autorização prévia emitida pela autoridade competente, para cada caso individual, pelo menos para crianças com menos de 13 anos, não parece que seja compatível com a mesma uma autorização tácita.

A autorização da CPCJ tem que identificar a entidade promotora e mencionar os elementos legalmente exigidos para o requerimento apresentado por aquela entidade (*arts. 7º, n.º 7 e 6º, n.º 1*).

A lei não refere se a CPCJ pode apenas deferir ou indeferir a autorização requerida, ou se a pode conceder em circunstâncias diferentes das solicitadas (por exemplo, autorizar a participação mas sujeita a um número de horas inferior ao requerido). Parece-nos que nada impede que, caso considere que as condições em que a autorização foi requerida põem em causa a educação, saúde, segurança ou desenvolvimento do menor, a CPCJ possa conceder a autorização noutros termos.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> No mesmo sentido, Porto, Margarida, *ob. cit.*, p. 218 e 219

A autorização é válida pelo período da participação do menor na actividade a que respeita, com o limite máximo de nove meses, devendo ser renovada sempre que a participação for de duração superior (*art. 5º, nº4*).

A CPCJ comunica a autorização e o respectivo prazo de validade ao requerente, à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), aos representantes legais do menor e, caso este ainda esteja abrangido pela escolaridade obrigatória, ao estabelecimento de ensino (*art. 7º, nº 5*).

Se a CPCJ não autorizar a participação requerida ou revogar a autorização anteriormente concedida, os representantes legais podem requerer ao tribunal de família e menores que altere a deliberação da CPCJ. Apenas os representantes legais têm legitimidade para recorrer ao tribunal, não tendo tal recurso efeito suspensivo pelo que, até ao trânsito em julgado da decisão judicial, se observará a deliberação da CPCJ (*art. 11º*).

O processo judicial seguirá a tramitação processual dos processos de promoção e protecção, com as devidas adaptações.

O processo de autorização decorrerá num período mínimo de 25 dias: a entidade promotora tem que solicitar parecer ao sindicato e associação de empregadores pelo menos 5 dias úteis antes de requerer a autorização, dispondo a CPCJ de 20 dias (seguidos) para conceder a autorização. No entanto, dificilmente uma entidade promotora conseguirá obter autorização nesse prazo mínimo. É necessário somar, desde logo, o tempo necessário para que o menor seja visto pelo médico assistente e pelo médico do trabalho, para o estabelecimento escolar emitir a declaração do horário e do aproveitamento escolar do menor, e para a eventual apreciação pela entidade promotora do parecer desfavorável do sindicato ou associação de empregadores. Acresce que a CPCJ pode suspender o prazo de decisão caso entenda não dispor de todos os elementos necessários ou entenda, por exemplo, ser necessário ouvir também os representantes legais do menor.

Uma vez concedida a autorização, aos pais caberá o papel fundamental de, no âmbito do exercício das suas responsabilidades parentais, apoiar os filhos e protegê-los dos perigos ligados ao mundo do espectáculo, desde logo, da fama e do ambiente competitivo em que se inserirão.

Qualquer alteração das condições ou pressupostos sobre os quais incidiu a autorização da CPCJ devem ser comunicados a esta entidade.

Assim, o art.º 10º, n.º1 da RCT impõe ao estabelecimento de ensino o dever de comunicar à CPCJ qualquer alteração do horário do menor que ocorra, bem como aos representantes legais do menor e à entidade promotora. Já se o período de validade da autorização abranger mais do que um ano lectivo, caberá aos representantes legais do menor comunicar o novo horário escolar à CPCJ e à entidade promotora. Em ambos os casos esta última deve alterar o horário da prestação da actividade do menor, de forma a não haver sobreposição com o horário escolar.<sup>40</sup> Essa alteração deve ser comunicada à CPCJ e ao estabelecimento escolar (art. 10º, n.º3).

O estabelecimento de ensino está ainda obrigado a comunicar à CPCJ *«qualquer relevante diminuição do aproveitamento escolar ou relevante afectação do comportamento do menor durante o prazo de validade da autorização»* (Art. 10º, n.º4). Nesse caso, a CPCJ notificará a entidade promotora para lhe apresentar uma alteração das condições de participação do menor, que seja adequada a corrigir a situação, devendo essa alteração ser apresentada também à ACT, aos representantes legais do menor e ao estabelecimento de ensino do menor abrangido pela escolaridade obrigatória.

A autorização concedida pela CPCJ será revogada caso a entidade promotora não apresente a alteração solicitada, ou caso a mesma não seja adequada a corrigir a situação.

---

<sup>40</sup> Constitui contra-ordenação grave, imputável à entidade promotora, o incumprimento dessa obrigação.

A revogação será comunicada à entidade promotora, à ACT, aos representantes legais e ao estabelecimento de ensino, produzindo efeitos 30 dias após a notificação ou, caso existam riscos graves para o menor, no prazo que a CPCJ determinar (art. 10º, n.ºs 7 e 8).

Apesar de a lei não o prever, a CPCJ pode revogar a autorização noutros casos que não os referidos, se tal for necessário para salvaguardar os interesses do menor, nomeadamente se tiver conhecimento de que a participação não está a decorrer nos termos autorizados.

Como referimos supra, nem todas as participações de menores em espectáculos dependem de autorização da CPCJ. Em determinados casos basta uma comunicação da participação pela entidade promotora à CPCJ. Tratam-se das situações em que a participação decorra apenas num período de 24 horas, que diga respeito a menor com pelo menos 13 anos de idade, que não tenha participado nos 180 dias anteriores em qualquer actividade abrangida pela RCT (art. 5º, n.º2).

Trata-se de um meio mais adequado de regular as participações de curta duração, para as quais o processo de autorização seria excessivamente moroso, levando a que as entidades promotoras não recorressem ao mesmo.

Este mecanismo só é permitido quanto a menores que, devido à sua idade, já não carecem de protecção acrescida, por o eventual risco para a sua saúde e desenvolvimento harmonioso ser mais reduzido do que aquele que poderá existir para as crianças mais novas.

A idade a partir da qual se pode recorrer a este procedimento está em conformidade com que o dispõe a Directiva, que apenas permite aos Estados dispensar a autorização de participação por entidade competente, com carácter individual, para crianças maiores de 13 anos.

A exigência de que o menor não tenha participado em qualquer actividade cultural, artística ou publicitária nos 180 dias anteriores visa garantir que a

participação é efectivamente esporádica, evitando que a entidade promotora contorne a obrigação legal de autorização através do espaçamento da participação no tempo.

A entidade promotora tem que comunicar a participação à CPCJ por escrito, com uma antecedência mínima de 5 dias úteis, indicando todos os elementos que têm que constar do requerimento de autorização, supra referidos<sup>41</sup>, bem como a data e as horas de início e termo da participação (art. 8º, n.º1).

Estes elementos permitem à CPCJ aferir se a participação não ultrapassará as 24 horas, se as horas em que a mesma decorrerá não coincidem com as aulas do menor, bem como se o intervalo mínimo de uma hora entre aquela e estas é respeitado.

Já a indicação de pessoa disponível para vigiar a participação do menor não terá qualquer efeito, porquanto a CPCJ não se vai pronunciar sobre tal necessidade neste processo de simples comunicação.

A comunicação tem ainda que ser acompanhada da ficha de aptidão emitida pelo médico do trabalho a certificar que o menor tem capacidade física e psíquica adequadas à participação, da declaração do horário e aproveitamento escolares do menor e da autorização dos seus representantes legais.

A participação do menor de 16 anos em espectáculo ou outra actividade cultural, artística ou publicitária, tem que ser titulada por contrato celebrado entre a entidade promotora e os representantes legais do menor. Não é necessária a intervenção do menor, nem o seu consentimento.

Como vimos supra, a lei não refere se esse contrato é de trabalho ou de prestação de serviços.

---

<sup>41</sup> Tratam-se dos elementos previstos no art. 6º, n.º 1 da RCT: Identificação e data do nascimento do menor; estabelecimento de ensino frequentado pelo menor, se este estiver abrangido pela escolaridade obrigatória; actividade em que o menor participará e local onde a mesma se realiza; tipo de participação do menor, referenciada através de sinopse detalhada; duração da participação do menor, que pode ser para uma ou várias actuações, por uma temporada ou outro prazo certo, ou ainda o período em que o espectáculo permaneça em cartaz ou outro prazo incerto; número de horas diárias e semanais de actividade do menor em actuação e actos preparatórios; pessoa disponível para, sendo caso disso, vigiar a participação do menor.

O contrato tem que ser celebrado por escrito e em dois exemplares, ficando um na posse de cada uma das partes (art. 9º, n.º1).<sup>42</sup>

O contrato deve indicar:

- ♣ A actividade a realizar e a sua duração;
- ♣ A participação do menor, o correspondente número de horas por dia e por semana;
- ♣ A retribuição a auferir;
- ♣ A pessoa que exerce a vigilância do menor, quando a mesma for exigida por lei ou pela CPCJ.

Antes de o menor iniciar a actividade a entidade promotora tem que enviar cópia do contrato e respectivos anexos à ACT e ao estabelecimento de ensino do menor (art. 9º, n.º3). Esta comunicação acresce àquela que a CPCJ faz a essas entidades quando concede a autorização, pretendendo a lei estabelecer, desta forma, uma articulação entre entidade promotora, ACT, CPCJ e estabelecimento de ensino do menor, bem como com os representantes legais deste, com o objectivo de assegurar a sua máxima protecção.

Constitui contra-ordenação grave, imputável à entidade promotora, a violação destas imposições legais relativas ao contrato.

Relativamente à retribuição, coloca-se a questão de saber se o menor tem ou não capacidade para a receber.

O art. 70º, n.º3, do CT estabelece que o menor tem capacidade para receber a retribuição fruto do seu trabalho, excepto quando haja oposição dos seus representantes legais. Sabemos, contudo, que essa norma apenas é aplicável a menores com idade igual ou superior a 14 anos.

---

<sup>42</sup> «O exemplar do contrato que ficar na posse da entidade promotora deve ter anexas cópias da autorização da CPCJ ou da comunicação feita a esta entidade, do certificado de que o menor tem capacidade física e psíquica adequadas e da declaração comprovativa do horário escolar inicial e de alterações que ocorram durante a validade da autorização, se o menor estiver abrangido pela escolaridade obrigatória, bem como de documento comprovativo do seguro de acidentes de trabalho.» (Art. 9º, n.º2)

Que dizer para o menor com idade inferior a 14 anos?

Nos termos do art.º 123º do CC, «*Salvo disposição em contrário, os menores carecem de capacidade para o exercício de direitos.*»

Vimos que a RCT não estabelece nenhuma disposição em contrário e que o CT apenas a estabelece para maiores de 14 anos.

O art.º 127º do CC estabelece também algumas disposições em contrário à incapacidade geral dos menores, sendo que a única que poderia ter aplicação neste campo seria a prevista na sua al. c), que prescreve a validade dos negócios jurídicos relativos à profissão, arte ou ofício que o menor tenha sido autorizado a exercer. No entanto, julgamos que o legislador teve aqui em vista apenas os menores que pudessem prestar actividade ao abrigo de contratos de trabalho comuns, ou seja, menores com pelo menos 14 anos.

Assim sendo, e não havendo norma que contrarie a incapacidade do menor de 14 anos para receber a retribuição correspondente à sua participação em espectáculo ou outra actividade cultural, artística ou publicitária, aplica-se a referida regra do art.º 123º do CC.

Caberá, assim, aos pais, no âmbito do exercício das suas responsabilidades parentais, receber e administrar a retribuição auferida pela participação do menor de 14 anos em espectáculo. Efectivamente, nos termos do art.º 1878º do CC, «*Compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens*». E acrescenta o art. 1897º que os pais devem administrar os bens dos filhos de forma diligente, tal como administram os seus.

O que sucede, por vezes, é que essa administração não é realizada nos termos legalmente previstos e, quando o filho atinge a maioridade, já os proventos do seu trabalho foram totalmente gastos pelos pais.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Chamamos aqui à colação o conhecido caso do Saul, cantor português que ganhou grande popularidade com cerca de 6 anos de idade e que, segundo entrevistas concedidas pelo próprio, ganhou muito dinheiro durante a



É certo que, nos termos do art. 1920º do CC, quando a má administração dos pais ponha em perigo o património do filho, o MP ou qualquer parente do menor pode requerer ao tribunal que decrete as providências necessárias a evitar essa actuação. No entanto, estas situações nem sempre chegam ao conhecimento do tribunal.

Para evitar estas situações o direito francês prescreve que a entidade que analisa os pedidos de autorização individual para a participação de menores em espectáculos fixe a parte da remuneração dos menores que pode ser entregue aos pais, tendo a parte restante que ser depositada pelo empregador numa conta aberta no banco, em nome do menor. Quando o menor atinge a maioridade é informado do saldo da conta, ficando o mesmo à sua disposição.

Excepcionalmente, quando o exclusivo interesse do menor o reclame, a entidade competente pode autorizar que sejam feitos levantamentos do dinheiro depositado.

Na Bélgica vigora um regime semelhante.

Tratam-se de regimes que tutelam mais a posição do menor, evitando um aproveitamento dos pais em relação ao trabalho prestado pelo mesmo.

#### **b) L.4/2008 de 7/02**

O regime que acabámos de analisar relativo à participação dos menores no mundo do espectáculo tem, ainda, que ser conjugado com o disposto na L. 4/2008, de 7.02 que regula os contratos de trabalho de profissionais de espectáculo.

A L. 4/2008 veio resolver a dúvida acerca da qualificação jurídica dos contratos celebrados pelos profissionais de espectáculos com as empresas empreendedoras ou promotoras de espectáculos públicos, partindo da ideia de que a autonomia técnica do artista não prejudica a possibilidade de qualificação do

---

menoridade sendo que, quando maior, descobriu que os pais tinham gasto todo o dinheiro proveniente do seu trabalho.

contrato como de trabalho. Estabeleceu, ainda, no seu art. 6º, a presunção de laboralidade, sempre que o artista esteja na dependência económica da entidade promotora e realize a sua prestação sob a direcção e fiscalização desta, mediante retribuição.

Dispõe o art.º 1.º da referida lei, que o seu âmbito de aplicação se estende não só às actividades artísticas desenvolvidas e manifestadas perante o público, como também aquelas actividades artísticas que são gravadas para posteriormente serem veiculadas através dos meios de comunicação, destinadas ao público, desde que, em qualquer dos casos, seja exercida com carácter de regularidade.

No que concerne às modalidades que pode revestir o contrato de trabalho a celebrar com os artistas de espectáculos, prevê o art. 5º da referida lei o contrato por tempo indeterminado e o contrato a termo resolutivo.

Quanto ao contrato a termo, o art. 7º, nºs 2 e 3 estabelecem que o contrato tem a duração que as partes estipularem, com o limite máximo de oito anos, afastando assim o estatuído no art. 140º do CT.

Deste modo, não está o contrato de trabalho a termo celebrado entre profissionais de espectáculos e a empresa organizadora ou promotora sujeito à duração da necessidade temporária, não tendo que perdurar pelo tempo estritamente necessário à duração do motivo que esteve na sua origem.

Não prevê a lei qualquer sanção para a inobservância da forma escrita exigida pelo art. 10º, pelo que seria de aplicar a regra geral do art. 220º do CC, que comina com a nulidade a declaração negocial sem a forma legalmente prescrita.

No entanto, parece que se essa fosse a sanção pretendida pelo legislador, ele a teria previsto expressamente, tal como o fez quanto ao contrato de trabalho desportivo, que em muito se assemelha ao contrato de trabalho de profissional de espectáculo.

Acresce que a sanção da nulidade do contrato seria gravosa para o trabalhador, parte contratualmente mais fraca e que a lei visa, em primeira linha, proteger.

Os contratos de trabalho por tempo indeterminado podem ser submetidos, por vontade das partes, ao regime de exercício intermitente previsto no o art. 8º, quando os espectáculos não tenham carácter de continuidade e cumprindo os requisitos de forma previstos no n.º 3 do art.º 10.º da lei.

O art. 2º, nº2 dispõe que *«são aplicáveis ao contrato de trabalho regulado na presente lei as normas sobre a participação de menores em espectáculos e outras actividades, estabelecidas na Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.»*

Cumprir começar por fazer uma interpretação correctiva desta norma. É que, tendo em conta que a RCT prescreve o regime específico aplicável à participação de menores no mundo do espectáculo, esta tem que ser a legislação aplicável em primeira linha aos contratos de menores nessa área, aplicando-se a L. 4/2008 subsidiariamente, e não o inverso. Acresce que algumas normas são contrárias ao que dispõe a RCT não podendo, por esse motivo, ser aplicadas aos menores de 16 anos.

Assim sendo, o art. 2º, nº2 da L. 4/2008 deve ser interpretado no sentido de que aos menores que participam no mundo do espectáculo se aplica o regime previsto na RCT e, subsidiariamente, o disposto nessa lei, com as devidas adaptações.

Já nos referimos ao regime legal consagrado na L. 4/2008. Iremos agora fazer uma breve abordagem das normas desse diploma que não se podem aplicar aos menores que participem no mundo do espectáculo, por incompatibilidade com o disposto na RCT.

A L. 4/2008 apenas regula contratos de trabalho, pelo que se coloca a questão de saber se o legislador pretendeu estender o regime da mesma a todos

os contratos que versem a prestação de actividade cultural, artística ou publicitária por menor de 16 anos, ou apenas aos contratos que sejam de trabalho.

Julgamos que se deve aplicar apenas ao contrato que seja de trabalho ou que lhe seja equiparado. Efectivamente, enquanto a RCT se abstém de qualificar a participação do menor em espectáculo como contrato de trabalho ou como prestação de serviços, abrangendo ambos, a L. 4/2008 fala expressamente em contrato de trabalho. Ademais, todo o regime previsto nesta Lei assenta nas características próprias do contrato de trabalho.

Sendo caso de aplicação da L. 4/2008 ao contrato que verse sobre a participação em espectáculo de menor de 16 anos, não se pode exigir o carácter de regularidade dessa participação pois, como vimos, a RCT prescinde do carácter de habitualidade da mesma. Assim, afasta-se a aplicação do disposto nos art.s 1º, nº 2 e 3º da L. 4/2008.

A presunção de existência de contrato de trabalho, prevista no art. 6º, também não se aplica aos menores de 16 anos, tendo em conta que dificilmente se poderá considerar que os mesmos se encontram na dependência económica da entidade produtora ou organizadora do espectáculo, já que, nos termos dos art. 1874º, 1877º e ss do CC, se encontram na dependência dos seus pais.

Quanto às modalidades do contrato, tendo em conta que a RCT apenas prevê que a actividade do menor assuma carácter temporário, não pode o contrato ser celebrado por tempo indeterminado. Efectivamente, um dos requisitos que o requerimento de autorização tem que observar é, como vimos, a indicação da duração da participação do menor, podendo esta ser para uma ou várias actuações, para uma temporada ou outro prazo certo, ou ainda para o período em que o espectáculo permaneça em cartaz ou outro prazo incerto. Está sempre pressuposta a ideia de um período de tempo limitado, ainda que incerto. Nesta conformidade, o art.º 9º da RCT prescreve que o contrato de participação de menor em espectáculo deve indicar a duração da participação do menor.

Assim sendo, não pode o contrato ser celebrado por tempo indeterminado e, consequentemente, também não se aplica aos menores de 16 anos o art. 8º da L. 4/2008, relativo ao exercício intermitente da prestação de trabalho, que apenas ocorre em caso de contrato por tempo indeterminado.

O art. 7º da L. 4/2008 prevê a possibilidade de o contrato ser sujeito a renovação, se as partes assim o estipularem expressamente.

Esta possibilidade pode ter lugar também nos contratos relativos a menores desde que se tenha em conta que a participação do menor depende da autorização da CPCJ, sendo que esta entidade poderá não renovar a autorização concedida. Por outro lado, é necessário que a actividade a prestar pelo menor seja a mesma, pois a autorização é concedida para uma actividade específica, a ter lugar em determinado horário e local.

O nº 3 do art. 7º prevê um período máximo de oito anos para o contrato a termo, período esse que dificilmente será atingido nos contratos de menores.

Como vimos, a autorização é concedida para uma participação concreta e muito dificilmente ela se manterá por tanto tempo. Se tal suceder, é necessário renovar a autorização da CPCJ a cada nove meses.

O empregador pode celebrar um contrato único para a participação de vários menores, tal como dispõe o art. 9º da L. 4/2008. Contudo, é necessário que o mesmo seja outorgado pelos representantes legais de cada menor ou, então, por um representante comum, que seja um desses representantes legais. Por outro lado, é necessário que tenha sido obtida autorização da CPCJ para a participação de cada um dos menores a contratar.

A execução do contrato pode, contudo, ser mais difícil, porquanto é impossível prever se todos os menores vão ter autorização para prestar actividade durante todo o período previsto no contrato. É que apesar do art. 9º, nº7 prever que a impossibilidade de prestação de actividade por um dos elementos só provoca a extinção do contrato quando fique impossibilitada a continuação da

actividade, a verdade é que em relação aos menores tal impossibilidade é mais susceptível de se verificar.

Quanto à forma do contrato, aplicam-se apenas os n.ºs 2 e 5 do art. 10º, tendo em conta que o disposto no n.º1 já deriva da RCT e que os n.ºs 3 e 4 se referem ao trabalho prestado em regime de intermitência, não aplicável aos menores. Assim, aplicam-se aos contratos de menores os requisitos de forma previstos no CT para os contratos a termo, para além dos requisitos impostos pela RCT, supra analisados. Além disso, o contrato celebrado com uma pluralidade de menores tem que indicar expressamente a remuneração e regime aplicável a cada um deles.

A dispensa da redução a escrito dos contratos de duração não superior a uma semana, estabelecida no art. 10º-A da L. 4/2008, não é aplicável aos contratos de participação de menores, por contrariar o disposto no art. 9º da RCT.

O art. 11º da L. 4/2008 consagra os direitos e deveres especiais do artista de espectáculos que são abstractamente aplicáveis aos menores, tendo um conteúdo variável no caso concreto, em função da idade e do tipo de participação do menor.

A definição do tempo de trabalho contida no art. 12º é aplicável aos menores, excluindo-se apenas o tempo dedicado ao estudo e à pesquisa, uma vez que este decorre, por norma, na intimidade do lar ou noutro lugar privado e, por outro lado, tendo em conta que o tempo de trabalho que o menor pode prestar é legalmente limitado.

Os art.s 13º a 16º são relativos ao horário e duração do trabalho, não se aplicando aos menores, visto que essa matéria é expressamente regulada pela RCT.

Já a norma que regula o local de trabalho pode ser aplicada aos menores, desde que se peça autorização à CPCP para a prestação da actividade noutro local que não aquele que foi autorizado (art. 17º da Lei 4/2008).

O art. 19º prevê a reclassificação do trabalhador que venha a perder a aptidão para a realização da actividade para a qual foi contratado, de forma definitiva. Nesse caso, o empregador deve atribuir-lhe outras funções compatíveis com as suas qualificações profissionais.

Esta norma não é também aplicável aos menores porque a sua ratio é proteger os trabalhadores que, com o avançar da idade, vão perdendo aptidões para executar as funções para as quais foram contratados. Acresce que não faz sentido falar em “*qualificações profissionais*” em relação a menores de 16 anos e, por outro lado, que sempre estaria vedado ao empregador atribuir ao menor o desempenho de actividade diversa daquela que foi autorizada pela CPCJ.

Como se pode constatar, é com alguma dificuldade que se articula a RCT com a L. 4/2008 e, simultaneamente, com as disposições do CT.

O regime legal continua, assim, a ser disperso e complexo, apesar de ser agora bem mais exaustivo do que sucedia até à RCT2004.

## X - TUTELA DO MENOR NO PLANO INTERNACIONAL

Analizando algumas normas internacionais que se referem em especial à participação de menores em actividades ligadas ao espectáculo, vemos que:

♣ A convenção nº 138 OIT, de 1973, estabeleceu a regra de que a idade mínima de admissão não deveria ser inferior à idade em que cessa a escolaridade obrigatória e nunca inferior a 15 anos, podendo a autoridade competente conceder autorização, excepcionalmente, para a participação de menores que não tenham a idade mínima de admissão em actividades como espectáculos artísticos, sendo que a autorização para participação em espectáculos artísticos deve ser dada individualmente, limitar as horas de trabalho e estipular as condições da sua prestação.

♣ A convenção nº 182 OIT e a recomendação nº190 OIT, de 1999, relativas à interdição das piores formas de trabalho das crianças e à acção imediata com vista à sua eliminação, embora não se referindo directamente ao trabalho dos menores em espectáculos, abrangem-no de certa forma quando o art. 3º da convenção prevê como estando aí incluídos os casos de trabalho que pela sua natureza ou pelas condições em que seja prestado, possa causar danos para a saúde, segurança ou integridade moral dos menores, devendo, para tal, ter-se em conta os trabalhos exercidos em condições particularmente difíceis, com horários prolongados ou nocturnos ou trabalhos que retêm injustificadamente o menor nas instalações do empregador (art. 3º, d) da convenção e a) e e) do ponto 3 da recomendação).

♣ A Directiva nº 94/33/CE, do Conselho, relativa à protecção dos jovens no trabalho, apesar de impor aos Estados a adopção de medidas destinadas a proibir o trabalho infantil e a assegurar que a idade mínima de admissão ao emprego não seja inferior àquela em que cessa a escolaridade obrigatória e, em caso algum, 15 anos (arts. 1º, nº1 e 4º, nº1), permite que a proibição de trabalho infantil não se aplique às crianças que exerçam actividades



de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária (art. 4º, nº2, d). No art. 5º, que regula a participação de crianças em actividades de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária prevê-se a sujeição dessa participação à obtenção de prévia autorização emitida pela autoridade competente, para cada caso individual, nas condições e termos a definir em legislação nacional, não devendo a autorização ser concedida quando a actividade cause prejuízo à segurança, saúde ou desenvolvimento das crianças ou prejudique a sua assiduidade escolar, a sua participação em programas de orientação ou formação profissional aprovados pela autoridade competente ou a sua capacidade para beneficiar de instrução ministrada (nºs 1 e 2). Já quanto às crianças com mais de 13 anos, prevê o nº 3 do art. 5º que os Estados possam autorizar, em condições por si determinadas, a participação em actividades de natureza artística, cultural, desportiva ou publicitária, sem que seja exigida a autorização prévia. Não deixa de ser preocupante tal possibilidade de os pais, empregadores ou os próprios menores avaliarem da adequação de tal participação, potenciando situações que façam perigar a educação, formação e o são desenvolvimento do menor.

Nos termos do art. 9º, nº1, b), os Estados podem autorizar os menores que tenham pelo menos 15 anos e a escolaridade obrigatória completa a participar durante a noite em actividades de natureza cultural, artística, desportiva ou publicitária, qualquer que seja a hora, desde que isso se justifique objectivamente (v. 76º, nº3, b) CT).

Tudo o que não esteja expressamente previsto para a participação de menores em espectáculos será regulado pelas normas gerais de trabalho de menores.

## XI - CONCLUSÕES:

- ♣ Dos vários instrumentos normativos, podemos chegar a um conceito operativo de trabalho infantil abrangendo qualquer actividade de natureza económica, exercida de forma remunerada ou não, por quem não tenha a idade mínima legal para o trabalho, a qual varia consoante os ordenamentos;
- ♣ Nem sempre a participação de menores em espectáculos culturais, artísticos, desportivos ou publicitários se tem por incluída na problemática do trabalho infantil, associando-se mais facilmente a exploração laboral de menores ao trabalho em fábricas ou na construção civil, com máquinas perigosas, ou nos campos, sob a dureza do clima, e não ao trabalho sob holofotes, câmaras e aplausos que tendemos a considerar como *“tarefas leves e socialmente aceitáveis”*;
- ♣ Contudo, a participação de um menor em actividades no mundo do espectáculo, moda e publicidade pode ser considerada trabalho infantil, a partir do momento em que é exercida em condições e ritmos de trabalho tais que passa a constituir um factor de prejuízo no desenvolvimento e na protecção dos direitos e garantias fundamentais da criança ou jovem;
- ♣ A Directiva 94/33/CE, do Conselho, de 22.6.94 e a Convenção nº 138 OIT<sup>44</sup>, referem-se ao dever dos Estados de tomarem as medidas necessárias à proibição do trabalho infantil, considerando este como o trabalho prestado por quem não tem a idade mínima de admissão ao emprego;
- ♣ A evolução da legislação, mormente nacional, em matéria da regulamentação dos menores nas diferentes áreas do espectáculo foi

---

<sup>44</sup> Adoptada pela Conferência Geral da OIT de 26.6.73, aprovada para ratificação pela Resolução AR nº 11/98, 19/3.

evoluindo de forma paralela com a própria evolução do Direito da Família e com o crescente reconhecimento dos direitos das crianças, que se fazem sentir principalmente a partir de finais do século XX, o que resulta desde logo do aparecimento de textos internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança;

- ♣ Se factores de evolução cultural e civilizacional nos fazem compreender e aceitar que na década de 20 ou até de 60, a regulamentação da participação dos menores no mundo do espectáculo não fosse uma das prioridades legislativas em Portugal, a verdade é que, como vimos, em desrespeito pelas Directivas emanadas pela União Europeia, se protelou em demasia a regulamentação de tais situações, a qual viria a surgir apenas com a RCT2004;
- ♣ A prestação de trabalho de menores vem regulada, de uma forma geral, nos arts. 66º a 83º CT, sendo que o regime do trabalho de menores com idades inferiores a 16 anos é necessariamente mais restritivo do que o que se refere a menores com idades iguais ou superiores a 16 anos, uma vez que no primeiro caso se verificam especiais necessidades de protecção do desenvolvimento físico, psíquico e moral e da educação e formação do menor;
- ♣ A RCT, à semelhança da RCT 2004, veio regular a participação de menores em actividades culturais, artísticas e publicitárias, não tendo definido a natureza do contrato que liga os menores às entidades promotoras;
- ♣ Em regra, estará afastada a possibilidade de existência de contrato de trabalho celebrado entre as entidades promotoras e o menor participante em actividades culturais, artísticas ou publicitárias, todavia, cumprirá fazer uma distinção consoante o menor tenha mais,

ou menos, de 16 anos e tenha concluído, ou não, a escolaridade obrigatória;

- ♣ A RCT estabelece como regime regra a possibilidade de o menor de 16 anos participar em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural ou artística, designadamente como actor, cantor, dançarino, figurante, músico, modelo ou manequim, não especificando o legislador taxativamente quais as actividades em que é permitida tal participação;
- ♣ Incluem-se no âmbito da RCT as situações de menores de 16 anos que, com carácter de habitualidade ou não, participem num espectáculo ou actividade artística ou cultural, independentemente de tal participação ser remunerada;
- ♣ Embora a RCT exija a idade mínima de 12 anos para qualquer actividade que envolva animais, deve entender-se que é necessário que o animal seja perigoso ou que ponha em causa a segurança e saúde do menor, sob pena de se privar o menor de 12 anos de participar em qualquer actividade que envolva um animal, qualquer que ele seja;
- ♣ A RCT deveria exigir a vigilância do menor de 12 anos por um adulto em relação a qualquer actividade e não apenas nas que envolvam contacto com animais;
- ♣ Apesar da omissão legislativa, os pais devem poder revogar a autorização que concederam para a participação do menor em espectáculo, independentemente dos eventuais prejuízos para a entidade promotora;
- ♣ A lei não esclarece em que circunstâncias se poderá considerar que a audição do menor pela CPCJ não é possível, nem qual a consequência para a falta de audição quando a mesma devesse ter lugar;

- ♣ Apesar de a lei não exigir o consentimento ou a não oposição do menor para a sua participação em espectáculo, deveria fazê-lo, pelo menos a partir de determinada idade;
- ♣ A possibilidade legal de deferimento tácito da autorização da CPCJ não deveria existir;
- ♣ Pese embora a lei não o refira, nada impede que, caso considere que as condições em que a autorização foi requerida põem em causa a educação, saúde, segurança ou desenvolvimento do menor, a CPCJ possa conceder a autorização noutros termos;
- ♣ Não obstante a lei não o prever, a CPCJ pode revogar a autorização noutros casos que não os referidos, se tal for necessário para salvaguardar os interesses do menor, nomeadamente se tiver conhecimento de que a participação não está a decorrer nos termos autorizados;
- ♣ O menor de 14 anos não possui capacidade de exercício de direitos que lhe permita receber a retribuição correspondente à sua participação em espectáculo, pelo que a mesma terá que ser entregue aos seus pais. No entanto, deveria a lei prever um regime mais protector dos interesses do menor, salvaguardando que pelo menos parte desses rendimentos lhe fossem entregues aquando da maioridade;
- ♣ Apesar de a lei 4/2008 de 7/02 não prever qualquer sanção para a inobservância da forma escrita exigida para o contrato de artista de espectáculo, consideramos não ser de aplicar a regra geral do art. 220º do CC, que comina com a nulidade a declaração negocial sem a forma legalmente prescrita;
- ♣ Apesar dos pedidos de autorização à CPCJ terem aumentado substancialmente nos últimos anos, não reflectem, ainda, a realidade

do número de participações existentes, que são notoriamente em número muito superior;

- ♣ É com alguma dificuldade que se articula a RCT com a L. 4/2008 e, simultaneamente, com as disposições do CT. O regime legal continua, assim, a ser disperso e complexo, apesar de ser agora bem mais exaustivo do que sucedia até à RCT2004.

## **XII - BIBLIOGRAFIA e Sítios da Internet:**

- ♣ ANDRADE, Manuel, (1997) *Teoria Geral da Relação Jurídica, Vol. I, Sujeitos e Objecto*, Almedina;
- ♣ CANOTILHO, Gomes e Vital Moreira, *CRP Anotada, 4ª ed.*, Coimbra Editora;
- ♣ FERRAZ, Vítor, *Regime Jurídico do Trabalho de Menores*, II Congresso Nacional de Direito Trabalho, Almedina
- ♣ FIGUEIREDO, Cândido, (1995) *O Grande Dicionário da Língua Português*”, Dicionários Bertrand, Lisboa.
- ♣ GOMES, Júlio, *Direito do Trabalho, Vol. I- Relações individuais de trabalho*, Coimbra Editora
- ♣ LEITE, Jorge, *Alguns aspectos do regime jurídico do trabalho de menores*, Prontuário de Legislação do Trabalho, actualização nº 40, CEJ
- ♣ LIMA, Pires, VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado, Vol. V*, Coimbra Editora;
- ♣ MARTINEZ, Romano, *Direito do Trabalho*, Almedina
- ♣ MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui, *CRP Anotada, Tomo I*, Coimbra Editora;
- ♣ MOTA PINTO, Carlos Alberto, *Teoria Geral do Direito Civil, 4ª ed.* Coimbra Editora;
- ♣ OLIVEIRA, Bentes, *Trabalho de menores em espectáculo e publicidade – Associação de Estudos Laborais - Questões Laborais, Ano VII-2000, n.º 16*, Coimbra Editora;
- ♣ PORTO, Margarida, *A participação do menor em espectáculo ou outra actividade de natureza cultural, artística ou publicitária – análise das especificidades do regime legal*, Almedina;

♣ Relatório Preliminar do PETI (2001), Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa

♣ [www.cnpcjr.pt](http://www.cnpcjr.pt)

♣ [www.dre.pt](http://www.dre.pt)

♣ [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt)

♣ [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

♣ [www.peti.gov.pt](http://www.peti.gov.pt)

♣ [www.pgdlisboa.pt](http://www.pgdlisboa.pt)

#### **ABREVIATURAS:**

♣ CC - Código Civil

♣ CPCJ – Comissão Protecção Crianças e Jovens

♣ CNPCJR – Comissão Nacional Protecção Crianças e Jovens em Risco

♣ CRP – Constituição República Portuguesa 1976

♣ CT - Código do Trabalho 2009

♣ LPCT – Lei Preambular do Código do Trabalho 2009

♣ LPCJP – Lei Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

♣ RCT – Regulamentação do Código do Trabalho 2009



## ANEXO I

### 1 – Entrevista a “Frederico”<sup>45</sup>, 10 anos, residente em Lisboa, participações em moda/publicidade

10 de Maio de 2010

A participação do Frederico no mundo do espectáculo, mais especificamente na área da moda e da publicidade, dá-se por mero acaso e a propósito da participação da irmã mais velha quer nessas mesmas áreas, quer no teatro.

Assim, numa das visitas da irmã a uma agência, o Frederico e a mãe de ambos acompanharam-na, tendo as pessoas da agência “*achado piada*” ao Frederico, pelo que, com o consentimento da mãe, lhe tiraram fotografias e o agenciaram nesse mesmo dia.

O Frederico, à data com 6 anos, foi passado muito pouco tempo chamado para fazer um anúncio publicitário da empresa “E”, tendo sido essa a sua primeira participação. Para a realização do referido anúncio publicitário o menor teve que se deslocar ao Porto, tendo as gravações durado cerca de XXXXX. Durante as gravações o ambiente era descontraído, sendo permitido o acompanhamento dos responsáveis pelos menores que participavam.

Pela participação no anúncio publicitário televisivo pagaram ao menor cerca de 400€.

A par dessa participação publicitária, única na televisão, o Frederico foi um dos meninos escolhidos para a realização de uma campanha publicitária para a marca “T”.

O convite para a realização de tal campanha surgiu através de conhecimentos pessoais dos pais do Frederico, que concordaram em tal participação, uma vez que o seu filho demonstrou vontade em participar.

---

<sup>45</sup> Nome fictício.

A realização da campanha publicitária para a colecção de Outono/Inverno 2009, realizou-se num sábado, em Guimarães, tendo os intervenientes que se apresentar no local combinado pelas 8h00.

Para o efeito, o Frederico foi acompanhado pela família nuclear (pais e irmã), que se deslocaram de véspera de Lisboa para Guimarães. Apesar de a hora marcada ser pelas 8h00, a campanha publicitária só começou a ser realizada por volta 9h30, 10h00, devido ao atraso de alguns dos participantes que se deslocaram no próprio dia para Guimarães.

A mãe do Frederico acompanhou-o durante todo o dia, não existindo uma monitora encarregue de cuidar ou tomar contas das crianças participantes na campanha publicitária. A par da mãe do Frederico, apenas se encontrava uma mãe de outro participante, sendo que eram cerca de 8 crianças.

A realização da sessão fotográfica propriamente dita começou por volta das 10h00, sendo interrompida para intervalo para almoço por volta das 14h00. As crianças não foram intensivamente sujeitas durante o período da manhã às sessões fotográficas, uma vez que se iam alternando, sendo que quando não estavam a tirar fotografias estavam a brincar uns com os outros.

O intervalo de almoço foi de cerca de uma hora, tendo sido servido às crianças comida quente.

O regresso à sessão fotografia aconteceu por volta das 15h00, tendo ainda havido outro intervalo para lanche (por volta das 18h00), tendo finalmente a sessão terminado por volta das 19h30.

Quanto a esta participação, o Frederico diz que gostou de fazer e que, *“apesar de se ter levantado cedo, não estava cansado”*, brincou e falou com os outros meninos, sendo que todas as crianças participantes, que tinham idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos, costumavam fazer este género de trabalhos publicitários.

Pela participação nesta campanha publicitária o Frederico, tal como as outras crianças, recebeu cerca de 200€ em roupa da marca.

Alguns amigos da escola do Frederico souberam desta participação, sendo que, quanto a isso, “*não disseram nada de especial*”, não dando o Frederico muito relevo quanto a este aspecto.

O Frederico participou também como manequim, por dois anos consecutivos, no “M”, que é um desfile de moda anual realizado em Oeiras, no Verão, tendo à data das participações 8 e 9 anos.

Quanto a estas participações como manequim, os espectáculos realizam-se sempre de noite, terminando por volta da meia noite, sendo que as “crianças/manequins” apenas têm que comparecer ao início da tarde para fazer uns breves treinos, regressando depois ao fim da tarde/início da noite para se prepararem, sendo de notar que estas participações se deram sempre no período de férias escolares.

Nestes espectáculos de moda, são as aderecistas que são encarregues de tomar conta das crianças, não havendo propriamente períodos de intervalo ou de refeição, uma vez que o período de tempo que é exigido às crianças para estarem no local do desfile é escasso.

A participação neste desfile de moda apenas é remunerada para maiores de 16 anos, pelo que o Frederico não obteve qualquer contrapartida, monetária ou outra, pela sua participação.

Quanto a estas participações como manequim, o Frederico achou “*a experiência gira*”, gostou e gostava de fazer mais, afirmando, contudo, que “*quando for grande não gostaria de ser modelo, nem de trabalhar na televisão, acha que se calhar gostava de ser jogador de futebol*”.

Quanto aos pais do Frederico, em especial a mãe que também foi entrevistada, vêem estas participações como uma actividade extra-curricular, como um *hobby*, considerando importante para a aquisição de competências comunicacionais do Frederico, permitindo-lhe ser mais “*desinibido*”, sendo que apenas levam o filho a participar em tais campanhas ou desfiles porque o mesmo gosta de ir e participar.

Não vê a mãe do Frederico nestas participações um potencial ingresso futuro no mundo da televisão ou moda, sendo que tal escolha vocacional apenas ao filho competirá, não encorajando ou desencorajando qualquer tipo de escolha, nem exercendo qualquer tipo de pressão, afirmando que “*a escolha é dele*”.

Em relação às remunerações que o Frederico recebeu que, pese embora não assumam carácter significativo, foram apenas a ele destinadas.

Toda a família do Frederico concorda com estas participações, acompanhando-o sempre que possível, sendo todavia a mãe peremptória em afirmar que “*se implicasse que ele perdesse aulas, não permitiria*”.

**Apreciação final:** O caso do Frederico é, assim, um caso de participações esporádicas que não provocam alterações de maior no seu dia-a-dia, uma vez que não assumem uma regularidade relevante. Tratam-se de participações que o menor gosta de fazer, sendo apoiado pela família, sendo que ninguém, inclusivamente o menor, vê estas participações com carácter profissional ou profissionalizante, assumindo-se mais como momentos lúdicos do que verdadeiramente de trabalho.

Pese embora tais participações sejam encaradas como hobby, a verdade é que do outro lado estão profissionais das diferentes áreas, pelo que estes trabalhos, tal como todos os outros, têm regras, nomeadamente horários, que têm que ser cumpridas.

A experiência, no caso do Frederico, revela-se positiva não só para o próprio menor, mas também do ponto de vista das entidades com que o mesmo trabalhou, uma vez que foi possível constatar que nos casos reportados, foram cumpridas as normas legais a que estavam sujeitas.

## **2 – Entrevista a “Lucas” e seus pais, 14 anos, residente em Ovar, actor de peças de teatro<sup>46</sup>**

13 Maio 2010

O Lucas começou por participar – como qualquer criança – nos teatrinhos das festas da escola. Os pais achavam que ele tinha “jeito para a coisa” mas nunca pensaram que pudesse vir a trabalhar nessa área, numa vertente mais profissional.

Como o Lucas gostava de teatro e os pais pretendiam que ele tivesse um leque variado de actividades extracurriculares, inscreveram-no num grupo de teatro amador da cidade onde vive (“S”). O Lucas frequentava outras actividades como dança contemporânea e futebol.

O Lucas tem uma irmã mais velha que dança ballet e ginástica rítmica desde pequenina, motivo pelo qual os pais a inscreveram numa escola de dança em V. N. Gaia, onde a mesma tem aulas todos os dias à tarde, articulando com a escola dita normal, que frequenta da parte da manhã.

Em 2006 a irmã do Lucas ouviu falar dos castings para um musical do “F”, na cidade do Porto. Pediu aos pais para a levarem ao casting porque gostava de participar. Os pais perguntaram ao Lucas, que então tinha 11 anos, se não queria ir também, tendo ele respondido que não. Uns dias depois disse que sim, que também ia, “só para ver”.

Nesse 1º casting, pelas respostas diversas que deram a cada um dos filhos, os pais do Lucas perceberem que este ia ser contactado novamente, ao contrário da filha.

Como passou algum tempo sem notícias, tanto o Lucas como os pais se esqueceram do assunto. No entanto, o Lucas acabou por ser chamado para um 2º casting. No final do casting chamaram logo os pais do Lucas (*bem como o das outras crianças em quem estavam interessados*) e disseram que havia a

---

<sup>46</sup> Nome fictício.

possibilidade de o mesmo ser seleccionado para a peça, mas que queriam saber se os pais permitiam porque implicava:

- Ter ensaios todas as tardes da semana, fins-de-semana inclusive, das 14h30 às 20h;
- Que era um trabalho sério e exigente e que muitas crianças não aguentavam o ritmo;
- Que era preciso um acompanhamento e compromisso por parte dos pais;
- Que o Lucas não poderia ir às aulas da parte da tarde, sendo que solicitariam uma autorização à escola para ele ser dispensado das aulas da tarde, fazendo apenas os respectivos testes;
- Que o Lucas ganharia apenas 30 € por cada espectáculo que viesse a fazer, não sendo os ensaios remunerados;
- Que depois dessa peça não garantiam que viesse a participar noutra.

O Lucas queria participar no espectáculo. Os pais ponderaram os prós e contras dessa intervenção e decidiram permitir que o Lucas integrasse o elenco do «MC».

A escola autorizou que o Lucas não frequentasse as aulas da parte da tarde, estudando em casa as matérias leccionadas e fazendo apenas os testes. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens analisou a situação do Lucas e autorizou a sua participação no espectáculo, nas condições que lhe foram comunicadas.

Assim, todos os dias o Lucas ia às aulas da parte da manhã, em Ovar, e de tarde ia para o Porto ensaiar.

Os ensaios eram rigorosos mas o Lucas diz que era divertido porque havia outras crianças. Como havia três elencos (*para as crianças alternarem nos ensaios e nos dias do espectáculo*), não ensaiavam todas as horas, sendo que quando era a vez dos outros elencos podia descansar e brincar com as outras crianças.

No entanto – e como já foi referido – a exigência era bastante e os ensaios eram todas as tardes da semana, sem excepção. Assim, houve crianças que não aguentaram esse ritmo e que acabaram por sair. Foi o caso, por exemplo, de um menino que também fazia o papel do Lucas.

O Lucas tinha **11 anos**, havia outras crianças mais velhas e outras mais novas. A mais nova tinha apenas 5 anos.

Cada elenco tinha uma educadora e uma camareira para cuidar e tomar conta das crianças. Assim, as crianças estavam sempre acompanhadas, tendo camarins próprios para elas, separados dos adultos.

De referir que uma das exigências para as crianças integrarem o espectáculo e continuarem no Teatro é terem boas notas na escola. Para o efeito, os pais têm que entregar as notas das crianças todos os trimestres. Houve um menino que, a dada altura, começou a ter notas más na escola e que chegou a ser excluído.

Quando se começa a aproximar a data da estreia do espectáculo é que as coisas se tornam mais complicadas. São cerca de 10/15 dias em que as crianças têm à mesma ensaios todos os dias, começando às 14h30 mas terminado à 1h, 2h ou mesmo às 3h da manhã... Nesses dias não há qualquer cumprimento dos períodos máximos de trabalho infantil diário.

Lembram-se dos pais duma criança terem feito exigências no sentido de se cumprirem tais períodos e de esse facto ter levado a que a menina não integrasse o elenco principal e não fosse escolhida para a peça seguinte...

Os pais do Lucas afirmam que nesses dias não o deixam ir à escola de manhã porque senão o mesmo não aguentava. Como o Lucas é bom aluno justificam-lhe as faltas e depois estuda para recuperar a matéria perdida.

É também nessa altura que as crianças se apercebem que dos três elencos apenas há um que é o principal, que faz as estreias e os espectáculos mais importantes, sendo que os outros dois fazem os espectáculos restantes. A lei não permite que as crianças façam espectáculos todos os dias. Nessa parte há um

cumprimento rigoroso da lei, dado que a exposição também é maior. Nos ensaios é que é mais complicado, apesar de as horas de ensaio e de trabalho em espectáculo terem que ser comunicadas à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, que vai acompanhando a situação...

Ao longo dos ensaios as crianças vão percebendo que é um mundo competitivo e quando chegam os ensaios antes da estreia apercebem-se que, dos três elencos, só um vai ser o principal. Segundo os pais do Lucas essa é a parte mais dura para as crianças e também para os pais. Referiram que uma vez não era o Lucas quem ia integrar o elenco principal, mas sim outra criança. Só os pais dos meninos que fazem a estreia têm direito a assistir à mesma. Os pais dessa criança já tinham comprado a roupa para o evento (são informados de que têm de ir “bem vestidos”), já tinham levantado os bilhetes, já tinham comunicado aos amigos e, na véspera, foi decidido que afinal já não ia ser essa criança a fazer a estreia mas sim o Lucas. Referem que foi muito complicado para a criança preterida gerir isso, e para os seus pais também...

Os pais do Lucas referem que é duro para as crianças lidarem com essas situações, que são frequentes, uma vez que se trata de trabalho e não de puro divertimento. Não há o deixarem ir este ou aquele menino para não ficar triste ou rodar para todos terem igual oportunidade... Não. Os melhores são os preferidos e os outros ficam de lado.

Depois do 1º espectáculo (“MC”) o Lucas fez outros espectáculos de “F”, sendo que num deles, em que desempenhava um dos papéis principais, ganhava 500,00 € por mês, para fazer dois espectáculos por semana. Como se referiu, os ensaios não são remunerados.

De notar que os pais do Lucas deixaram de ter uma palavra a dizer relativamente à aparência do mesmo. São “eles” que lhe cortam e pintam o cabelo, por exemplo, de acordo com a personagem que o Lucas irá interpretar. Houve uma vez em que o Lucas fazia de Judeu e por isso estava proibido de apanhar sol na



cara, ou seja, de ir à praia. Um dos meninos que fazia o mesmo papel do Lucas não cumpriu essa exigência, ficou moreno e foi excluído.

O balanço que o Lucas e os seus pais fazem da sua participação no mundo do espectáculo é muito positivo.

O Lucas diz que gosta bastante e que, apesar de os ensaios serem duros, se diverte e gosta de estar em palco. Tem perfeita consciência de que não tem um futuro garantido na área e de que à medida que vai crescendo os papéis vão escasseando. Crianças que gostem de teatro e que aguentem o ritmo que este mundo exige há poucas, mas adultos há muitos. Curiosamente, o sonho do Lucas não é fazer carreira no mundo do espectáculo. Diz que gostava de continuar a trabalhar nessa área mas em conciliação com outra. Ainda não sabe bem qual, mas quer continuar os estudos e ter outro trabalho.

Os pais do Lucas dizem que a participação do filho neste mundo exige um esforço muito grande, sobretudo dos pais, que não assistem aos ensaios, apenas aos espectáculos. Vão levar e buscar o filho aos mesmos sendo que, nos dias que antecedem as estreias, esperam horas e horas no carro, tendo que trabalhar no dia seguinte de manhã. Vão convivendo com os pais das outras crianças e hipotecando os fins-de-semana em prol dos ensaios e espectáculos do Lucas, mas sempre sem descuidar a educação e atenção devida à outra filha.

Dizem que aos pais destes pequenos grandes actores cabe o papel fundamental de acompanhamento constante, ajudando-os a lidar com as situações menos boas como a exigência do trabalho e a competitividade, mas que tal nem sempre se verifica.

Afirmam que não gostariam que o filho fizesse carreira no mundo do espectáculo dada a precariedade do mesmo mas, que se essa for a vontade dele, o apoiarão em tudo. No entanto, julgam que o Lucas está a receber uma formação fantástica ao participar neste mundo, que lhe vai ser útil em termos futuros para qualquer profissão.

Referem que o Lucas cresceu muito ao longo destes três anos, aprendeu a ser responsável, a valorizar o trabalho, a gerir bem o seu tempo.

Dizem que não gostariam que o Lucas participasse em Novelas, por exemplo, porque aí já é mais complicado conciliar com a escola e porque há uma exposição muito maior. Recordam que o Lucas lhes pediu para participar no programa *“Uma canção para ti”*, da TVI, porque também gosta de cantar, mas que não autorizaram porque entenderam que tal participação em nada contribuiria para a formação do filho enquanto pessoa e enquanto profissional (o programa não tem esse intuito), mas apenas para o mesmo se expor e aparecer na televisão.

O Lucas continua a ser bom aluno e continua a fazer parte do grupo de teatro amador da sua cidade, tendo ainda tempo para frequentar a mesma escola de dança da irmã e para jogar futebol num clube local.

**Apreciação final:** A família é muito unida e os pais são aquilo que se pode dizer, uns pais exemplares. Não há qualquer aproveitamento dos pais em relação aos filhos até porque a remuneração auferida não permite tal coisa. O Lucas está no mundo do espectáculo por vontade própria, tendo o apoio e acompanhamento devido pelos pais. Consegue conciliar com a escola muito embora, quando está a fazer uma peça, ensaie todos os dias, muitas horas, em desrespeito do que prescreve a lei.

### 3 – Entrevista a “Eva”<sup>47</sup>, modelo desde os 15 anos/apresentadora de televisão, natural de Ovar, residente em Lisboa

1 de Junho 2010

A Eva começou a sua carreira de modelo através de um concurso que viu numa revista (“SMW”, promovido pela agência “C”). Concorreu sem dizer aos pais e chamaram-na para o casting, a realizar em Lisboa.

A mãe veio com ela e ficou inscrita na agência.

O protocolo normal das agências é financiar as despesas inerentes à divulgação dos modelos (fotos, álbuns, maquilhagem...), que estes depois pagam através dos seus primeiros trabalhos. Tais despesas são elevadas e, como nem sempre os modelos conseguem logo muitos trabalhos, até começarem a ganhar dinheiro decorre um período de tempo considerável. Além disso, a agência aconselha os modelos a tirarem o respectivo curso, que tem também um custo considerável e que é financiado pelos modelos (isto é, pelos seus pais).

A Eva refere que nos primeiros tempos foi a muitos castings e que não conseguiu ser seleccionada em muitos deles. Os modelos são muitos e os trabalhos não são assim tantos... Refere que é importante o apoio dos pais para lidar com a rejeição e que, em muitos casos, os próprios pais *“andam mais iludidos que os filhos”* e reagem pior que eles nestas situações. Refere também que, como era de Ovar e a agência em Lisboa, durante o ano lectivo tinha disponibilidade condicionada pois tinha que conciliar a agência com os estudos. Esse facto era referido pela agência como limitador...

O pai da Eva *“não achava muita piada”* à sua intervenção no mundo da moda, pois considerava que a mesma andava a perder tempo e dinheiro e, por isso, sempre impôs que a escola tivesse prioridade. A mãe acompanhava mais a actividade da Eva, indo com ela aos castings que podia. No verão a Eva vinha para

---

<sup>47</sup> Nome fictício.

Lisboa e ficava em casa de uma tia, que por vezes a acompanhava aos castings. Outras vezes tinha que ir sozinha.

A Eva refere que a agência não permite que os modelos cortem ou pintem o cabelo sem avisar, assim como controla o peso dos mesmos. Diz que como sempre foi muito magra não teve grandes problemas com o peso mas que, ainda assim, lhe chegaram a dizer por vezes que precisava de emagrecer. Refere que os próprios estilistas fazem as roupas muito pequenas e quando os modelos vão experimentar, por vezes, as roupas não lhes servem, o que é um factor de grande stress e pressão sobre os mesmos, que muitas vezes conduz a perturbações alimentares (nomeadamente, anorexia e bulimia).

Diz que começou com 15 anos mas que cada vez mais as modelos femininas começam mais cedo, com 13 e 14 anos, e que a imagem que associa a uma modelo de referência actual – sobretudo no estrangeiro – é a de uma criança dessa idade, muito magra, com pouco peito e com a cara bastante maquilhada.

Diz também que há muita gente iludida no mundo da moda, que faz um grande investimento em cursos e tratamento de imagem e que, infelizmente, *“nunca chega a lado nenhum”*.

Na altura em que começou a trabalhar viu muita gente iludida com a moda, a deixar os estudos de lado e que hoje começam a ficar *“crescidos de mais”* para trabalhar na área e não têm mais nada... Que hoje já há mais consciência acerca da importância dos estudos mas que na altura isso aconteceu.

Diz que só aos 18 anos, quando foi vencedora do concurso *“MP”*, começou efectivamente a ganhar algum dinheiro com a profissão, de forma mais regular.

Nessa altura viajou bastante para o estrangeiro sozinha, para representar Portugal. Quando regressou continuou a trabalhar na moda e que entretanto surgiu a oportunidade de fazer televisão, que foi o que sempre desejou. Por esse motivo, a moda ficou um pouco de lado, até porque também está a fazer Mestrado na área de Bioquímicas.

Tem saudades do mundo da moda mas prefere a televisão.

Tem perfeita consciência do mundo em que se move, sabendo que de hoje para amanhã pode ficar sem “trabalho”. Por esse motivo continua a investir na sua formação académica.

#### **4 - Entrevista ao Dr. Armando Leandro, Presidente da CNPCJ, e ao Dr. Paulo Macedo, jurista da CNPCJ**

15 de Junho 2010

Da entrevista resultou, desde logo, que a terminologia utilizada pela RCT não é a mais conforme com os instrumentos internacionais, nomeadamente com a Convenção dos Direitos da Criança, sendo preferível a designação de “criança ou jovem” em detrimento de “menor”.

A intervenção das CPCJ's nesta matéria surgiu apenas com a RCT2004, tendo havido, inicialmente, grandes dificuldades na implementação do regime, porquanto a lei era praticamente omissa quanto à tramitação do procedimento de autorização.

De ressaltar a inovação da RCT quanto à possibilidade de mera comunicação para participações de muito curta duração, dispensando-se, assim, o processo mais burocrático da autorização.

Outra alteração positiva da RCT foi proibir a participação de menores em actividades que envolvam animais que ponham em risco a sua segurança, mesmo que não sejam considerados animais ferozes. Antes desta alteração havia dúvidas na interpretação do adjectivo “feroz”, nomeadamente quanto às actividades tauromáquicas de menores, tendo havido decisões díspares das Comissões.

Destacaram, ainda, como positiva, a exigência de uma sinopse detalhada a acompanhar o pedido de autorização, de forma a permitir à CPCJ uma noção exacta do tipo de participação e sua adequação, ou não, às características do menor.

Abordada a questão da exigência de remuneração para ser aplicável a RCT, referiram que a autorização da CPCJ se mostra necessária mesmo quanto às participações em espectáculos, mesmo que não remuneradas, excepto

tratando-se de actividades estritamente integradas na formação cultural e lazer dos menores.

Sendo tais actividades remuneradas, deveria existir um regime especial que garantisse que parte do dinheiro se destinaria ao menor, aquando da maioridade, nomeadamente tendo em conta que algumas destas actividades podem ser bastante lucrativas.

Embora a lei não proíba a concessão de autorização da CPCJ sem consentimento do menor, consideram que tal poderá suceder, muito excepcionalmente, quando o superior interesse do menor o exija.

No entanto, a criança deve ser sempre ouvida, devendo a expressão legal “sempre que possível” ser interpretada no sentido de “salvo quando for manifestamente impossível”.

Ressaltaram, ainda, a importância das sanções contraordenacionais previstas na RCT.

Quanto ao parecer do sindicato e associação de empregadores exigido, é rara a sua emissão.

Em termos práticos, apesar de a lei exigir apenas a comunicação da decisão de deferimento, são comunicadas, também, as decisões de indeferimento, nomeadamente à ACT, para efeitos de fiscalização.

Quanto à possibilidade de deferimento tácito, defendem não ser a melhor solução e que esta implica grande responsabilidade por parte da CPCJ.

As revogações de autorizações concedidas pela CPCJ têm tido por fundamento a falta de aproveitamento escolar dos menores, mas não o conhecimento de que a participação decorra em termos diferentes dos autorizados.

No que se refere à vigilância do decurso da actividade por parte de um representante legal do menor, concluem ser adequada a opção do legislador de deixar a exigência de tal presença a cargo da CPCJ, mediante a avaliação do caso concreto.

Apesar do acréscimo dos pedidos de autorização, os mesmos são, ainda, insuficientes face ao número de participações, sendo que a ACT não dispõe dos meios necessários a uma fiscalização efectiva.

Quanto ao cumprimento dos períodos de duração das participações, denota-se grande dificuldade na sua fiscalização.

Concluimos, assim, pelas dificuldades das CPCJ's conciliarem o exercício das competências atribuídas pela RCT com as competências em matéria de promoção e protecção de menores, em virtude da falta de meios técnicos e humanos.



## **5 - Entrevista ao Professor Dr. Eduardo Sá**

7 de Junho 2010

### **1. Quais os perigos que considera mais relevantes, associados à participação de menores em espectáculos (televisão, teatro, música, moda, circo...)?**

R: *Preocupa-me, em primeiro lugar, o modo como estas crianças se vão divorciando da escola, aos poucos. Em segundo lugar, o modo com esse tipo de actividades parece ser diferenciada do trabalho infantil (em fábricas de calçado, por exemplo). Em terceiro lugar, a forma com algumas dessas crianças são exploradas pela ganância dos pais ou pelos seus sonhos por realizar. Em quarto lugar, a exposição excessiva que os divorcia do direito fundamental de serem crianças, sujeitando-se a pressões das mais diversas diante dos erros que precisam de ter, das asneiras que não podem deixar de fazer ou das inseguranças que as assolem, por exemplo. Finalmente, porque tudo isso as leva a trabalhar enormemente, preocupa-me que cresçam à margem do direito fundamental a brincarem.*

### **2. O que é que pode ser feito para evitar esses perigos?**

R: *Que haja uma Provedoria da Criança que avalie todas estas situações e, sobretudo, que permita impedir as batotices que são muitas gravações de horas e horas ao fim-de-semana, à margem do bom-senso e da legalidade. E que, no caso dos pais que usurpem a infância dos filhos para uso próprio, que a protecção das crianças passe a ser mais séria.*

### **3. Na sua opinião, quais os principais motivos que levam os menores a participarem nessas actividades? E quais as motivações dos pais desses menores?**

R: *É natural que uma criança ou um adolescente se fascinem pelo mediatismo. Que se deslumbrem. Que se envaideçam, até. O que não é de todo razoável é que haja pais que se demitam de definir o que acham razoável para os seus filhos, e se comportem como se fossem as crianças a mandar em si próprias, como se uma família fosse uma democracia do proletariado. E não é bondoso que os pais impinjam sonhos e tudo o mais que não concretizaram, precipitando os seus filhos para comportamentos que, num instante, fazem com que as crianças se sintam ora Messias (em relação aos sonhos dos pais) ora Judas (sempre que não os levam às últimas consequências).*.,

**4. Considera que há um aproveitamento dos menores por parte das entidades promotoras e organizadoras dessas actividades?**

R: *Considero que sim. Duma forma inquietante, em muitos momentos. Em televisão, por exemplo, costuma dizer-se que uma criança vende um programa. O mesmo se passa com a informação. E, permitam-me o desabafo, não compreendo como tudo isto se passa diante duma passividade incompreensível dos Curadores de Menores!*

**5. Considera que a participação dos menores em espectáculos é devidamente controlada e fiscalizada pelas entidades competentes?**

R: *Não. Não considero de todo. Falo de espectáculos musicais. Falo do circo. Mas também das séries televisivas ou da publicidade, por exemplo.*

**6. Pensa que seria importante que a lei obrigasse a que a participação dos menores de 12 anos nessas actividade fosse sujeita a vigilância por um dos seus representantes legais (ou pessoa maior, indicada por estes), tal como sucede nas actividades que envolvam animais?**

R: *Seria, a meu ver, o mínimo dos cuidados que elas mereceriam.*

**7. Quanto à remuneração dos menores, considera que seria adequado implementar um regime semelhante ao francês ou ao belga, que impõe que parte da remuneração seja depositada numa conta bancária à ordem do menor, que este apenas poderia utilizar quando atingisse a maioridade, sem prejuízo de a entidade competente permitir levantamentos pelos pais, excepcionalmente, por necessidade exclusiva do menor?**

R: *Considero que seria uma atitude que iria dissuadir alguns pais que exploram as crianças para este fim. Sem dúvida.*

**8. A CPCJ é a entidade competente para autorizar as participações de menores em espectáculo, devendo ouvir o menor mas não dependendo a autorização do consentimento - ou da não oposição - do menor. Considera que se deveria exigir esse consentimento para a CPCJ poder conceder a autorização?**

R: *Não. Os menores devem ser escutados, claro, sempre que isso contribua para que se tomem medidas que não firam a sua autonomia. Mas a vontade dos pais ou dos representantes legais das crianças deve prevalecer, imaginando que interpretam com sabedoria a sua vontade e que o fazem com a sensatez que, naturalmente, faltará, em muitos momentos, às crianças.*

## **ANEXO II - Legislação**